



PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DO ALVA E MONDEGO

RELATÓRIO AMBIENTAL



Setembro de 2023

XXI

Ficha Técnica

Título:	Relatório Ambiental do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem do Alva e Mondego
Descrição:	Documento que compara e avalia diferentes cenários de atuação e as incidências ambientais e socioeconómicas decorrentes da proposta do PRGP
Data / Versão:	Setembro de 2023
Coordenação Institucional	Direção-Geral do Território
Desenvolvimento e produção:	Geo XXI, Lda.
Coordenador Técnico e Científico:	Paulo Manuel Reis Geógrafo Físico (IGOT-UL); Pós-graduação em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental (FCT-UNL), em Planeamento Regional e Urbano (ISA-UTL) e em SIG (IFQ); Doutorando em Planeamento e Desenvolvimento do Espaço Rural à Escala Municipal (IGOT)
Coordenador Adjunto:	Leandro Gabriel Geógrafo; licenciado em Geografia e mestrado em SIG e Modelação Territorial aplicados ao Ordenamento (IGOT-UL) Elisabete Reis Educadora Social (IPL), com pós-graduação em Economia Social (FE-UC)
Colaboração:	Ana Vigarinho Jurista, com licenciatura em Direito (UCL) Catarina Sim Sim Engenheira Zootécnica, com licenciatura em Engenharia Zootécnica (UÉvora) e pós-graduação em Produção Integrada (IPB) Cláudia Costa Geógrafa; com licenciatura em geografia (FLUL), pós-Graduação em SIG e Metodologias para Aquisição de Informação (UA); e mestrado em Ciência e SIG (ISEGI-UNL) Emanuel Baptista Urbanista; com licenciatura em Planeamento e Gestão do Território (IGOT-UL) Francisco Madeiras Geógrafo; com licenciatura em Geografia e Planeamento Regional (FCSH-UNL) e mestrado em Ordenamento do Território e Urbanismo (IGOT/IST/FA-UL) Luís Saraiva Arquiteto Paisagista e Urbanista (UTL) Oriêncio Pereira Engenheiro Florestal, Licenciado em Engenharia Florestal com Bacharel em Engenharia dos Recursos Florestais (ESACB) Rita Fael Teles Arquiteta Paisagista; com licenciatura em Arquitetura Paisagista (UÉvora) Rui Pereira Arquiteto; com mestrado em Arquitetura (EAUM) Sara Ribeiro Bióloga; com mestrado em Biologia da Conservação (UÉvora) Valter Albino Geógrafo Físico (IGOT-UL), com pós-graduação em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental (FCT-UNL) e mestrado em Geografia Física e Ordenamento do Território (IGOT-UL)

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	5
1.1. Objetivos da AAE	5
1.2. Breve descrição metodológica da AAE	6
2. OBJETO DE AVALIAÇÃO	10
2.1. Área de intervenção	10
2.2. Objetivos operacionais e estratégicos	12
2.3. Visão estratégica	13
3. QUADRO PROBLEMA	14
4. DEFINIÇÃO DO ÂMBITO E ALCANCE DA AAE	20
4.1. Questões estratégicas (QE)	20
4.2. Quadro de referência estratégico (QRE)	24
4.2.1. Convergência do QRE com o QE	26
4.3. Fatores ambientais (FA)	27
4.4. Fatores críticos para a decisão (FCD)	28
4.4.1. Convergência dos FCD com os FA	30
4.5. Critérios e Indicadores de avaliação (IA)	31
5. AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DA PROPOSTA DE PRGP	34
5.1. Avaliação de cenários alternativos	34
5.1.1. Descrição dos cenários	34
5.1.2. Metodologia da avaliação	39
5.2. Avaliação comparativa dos cenários por FCD	39
5.2.1. FCD1: Resiliência ao fogo e outros riscos	40
5.2.2. FCD2: Desenvolvimento e valorização do território	45
5.2.3. FCD3: Conservação dos valores naturais e dos serviços de ecossistemas	50
5.2.4. FCD4: Governança territorial	55
6. SÍNTESE DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL	58
6.1. Síntese das tendências e impactes	58
6.2. Síntese dos aspetos positivos e negativos	59
7. PROGRAMA DE SEGUIMENTO E MONITORIZAÇÃO	61
7.1. Entidades a envolver na AAE	61
7.2. Monitorização territorial	63
8. NOTAS FINAIS	67
9. BIBLIOGRAFIA	69
10. ANEXOS	71
Quadro de articulação do PRGP com os IGT	71

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Faseamento metodológico geral da AAE e PRGP-AM	7
Figura 2 – Processo de definição dos FCD	9
Figura 3 – Faseamento da definição do âmbito e do alcance da AAE	9
Figura 4 – Enquadramento territorial	10

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Freguesias incluídas no PRGP-AM	11
Quadro 2 – Síntese do diagnóstico (<i>adaptado Reis, 2021</i>)	17
Quadro 3 – Referências estratégicas do PRGP-AM.....	24
Quadro 4 – Convergência do QRE com o QE	26
Quadro 5 – Fatores ambientais.....	27
Quadro 6 – Fatores críticos para a decisão	28
Quadro 7 – Convergência dos FCD com os FA.....	30
Quadro 8 – Quadro de Avaliação.....	32
Quadro 9 – Descrição dos cenários alternativos	35
Quadro 10 – FCD1: Análise do cenário reativo e orientações para o PRGM-AM.....	40
Quadro 11 – FCD1: Efeitos ambientais das ações prioritárias	41
Quadro 12 – FCD1: Avaliação dos cenários estabelecidos.....	42
Quadro 13 – Quadro de governança FCD1	44
Quadro 14 – FCD2: Análise do Cenário Reativo e orientações para o PRGM-AM.....	45
Quadro 15 – Acções proposta no PRGP e efeitos esperados	46
Quadro 16 – FCD2: Avaliação dos cenários estabelecidos.....	47
Quadro 17 – Quadro de governança FCD2	49
Quadro 18 – FCD3: Análise do cenário reativo e orientações para o PRGM-AM.....	50
Quadro 19 – Acções proposta no PRGP e efeitos esperados FCD3	51
Quadro 20 – FCD3: Avaliação dos cenários estabelecidos FCD3	52
Quadro 21 – Quadro de governança FCD3	54
Quadro 22 – FCD4: Análise do cenário reativo e orientações para o PRGM-AM.....	55
Quadro 23 – Avaliação dos CA para os cenários estabelecidos FCD4.....	56
Quadro 24 – Quadro de governança FCD4	57
Quadro 25 – Sistematização da AAE da proposta do PRGP-AM.....	58
Quadro 26 – Sistematização dos efeitos positivos da proposta do PRGP-AM, baseada no fomento de um quadro de governança partilhada	59
Quadro 27 – Entidades envolvidas no modelo de governança e a envolver na AAE	61
Quadro 28 – Indicadores de avaliação e monitorização ambiental propostos	64

SIGLAS E ABREVIATURAS

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
CA	Critérios de avaliação
DGOTDU	Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
DP	Desenho da Paisagem
ENCNB 2030	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030
ENF 2030	Estratégia Nacional para as Florestas 2030
ERAE	Entidade com Responsabilidades Ambientais Específicas
FA	Fatores Ambientais
FCD	Fatores Críticos para a Decisão
IA	Indicadores de avaliação
IA	Indicadores de avaliação
PRGP-AM	Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem do Alva e Mondego
PTP	Programa de Transformação da Paisagem
PTP	Programa de Transformação da Paisagem
QE	Questões Estratégicas
QRE	Quadro de Referência Estratégico
RJAAE	Regime Jurídico da Avaliação Ambiental Estratégica
RJAIA	Regime Jurídico da Avaliação de Impacte Ambiental

1. INTRODUÇÃO

De acordo com a Diretiva 2001/42/CE, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente – Diretiva de Avaliação Ambiental Estratégica – adotada em julho de 2001 o principal objetivo da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) é *“estabelecer um nível elevado de proteção do ambiente e contribuir para a integração das considerações ambientais na preparação e aprovação de planos e programas, com vista a promover um desenvolvimento sustentável”*.

Atendendo ao Regime Jurídico da Avaliação Ambiental Estratégica - RJAEE (Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15/07, na sua atual redação), que transpôs para a ordem jurídica nacional as orientações da referida Diretiva, o Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem do Alva e Mondego (PRGP-AM), está sujeito a avaliação ambiental por constituir um Programa cuja estratégia e transformação da paisagem preconizada tem potenciais efeitos ambientais em diversos setores (desde logo a floresta, agricultura, solos, entre outros), sendo por isso fundamental adequar a articulação e integração do processo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) e com o respetivo processo de elaboração e implementação do próprio Programa.

Desta forma, este Relatório Ambiental (RA) tem com objetivo apoiar o processo de decisão subjacente à elaboração do PRGP-AM, identificando, descrevendo e avaliando as eventuais consequências da proposta no ambiente, positivas ou negativas, bem como a ponderação das suas alternativas.

Para efeitos da elaboração do Relatório Ambiental foi tido em consideração os diversos guias e orientações técnicas existentes (DGOTDU, 2008; Partidário, 2003, 2006, 2007a, 2007b, 2012, 2018) bem como a prática metodológica decorrente da sua aplicação em outros instrumentos de planeamento (COBA/PROCESL, 2007; Reis & Albino, 2011; Reis, 2010; Reis et al., 2008, 2010).

Esta avaliação ambiental, ao ser desenvolvida de forma paralela e articulada com a elaboração do relatório de proposta do PRGP-AM, pretende dar um sentido prático e proactivo a esta ferramenta, que em última análise visa melhorar o efeito das políticas públicas no desenvolvimento sustentável dos territórios (Partidário, 2018; Reis, 2021).

1.1. OBJETIVOS DA AAE

De acordo com Partidário (2012), a AAE pode ser definida como um instrumento de avaliação ambiental de natureza estratégica, concebido como uma estrutura flexível de elementos essenciais, que atua estrategicamente com um papel facilitador no processo de decisão, acrescentando valor a esse processo. Trata-se de um apoio determinante para a

criação de um contexto de desenvolvimento para a sustentabilidade, integrando as questões ambientais e de sustentabilidade na decisão e avaliando opções estratégicas de desenvolvimento.

Segundo a autora, de uma perspetiva estratégica, a AAE visa encorajar a integração ambiental e de sustentabilidade na acomodação de futuras propostas de desenvolvimento; fomentar a discussão de oportunidades e riscos das opções de desenvolvimento, transformando problemas em oportunidades; assim como criar uma cultura estratégica no processo de decisão, promovendo a cooperação e o diálogo entre todas os atores e entidades envolvidas por forma a minimizar ou evitar conflitos.

Tendo estes objetivos gerais presentes, a AAE do PRGP-AM contribuirá para:

- Garantir uma visão estratégica, sistémica e alargada em relação às principais preocupações ambientais, dentro de um quadro de sustentabilidade do território florestal;
- Contribuir para a identificação, seleção e discussão de opções de desenvolvimento para decisões mais sustentáveis no quadro na minimização da vulnerabilidade deste território aos incêndios rurais, cruzando conhecimentos de aspetos biofísicos, sociais, institucionais e económicos;
- Detetar oportunidades e riscos estratégicos nos diferentes cenários de transformação da paisagem em análise, e facilitar a consideração de processos cumulativos;
- Sugerir programas de seguimento, através de gestão estratégica e monitorização;
- Assegurar um processo transparente e participativo para um novo desenho da paisagem, envolvendo todos os agentes relevantes e interessados, através de encontros e debates, e promover decisões mais integradas relativamente às diferentes perspetivas e pontos de vista mais relevantes.

1.2. BREVE DESCRIÇÃO METODOLÓGICA DA AAE

A metodologia para a elaboração da AAE que acompanha a elaboração do PRGP-AM, como referida no prévio Relatório Metodológico (1ª fase), estrutura-se em 5 fases de realização, numa contínua articulação com as fases de elaboração do PRGP (Figura 1). Esta estrutura sobrepõe-se e coincide com os procedimentos metodológicos das etapas do processo de AAE previstas na legislação.

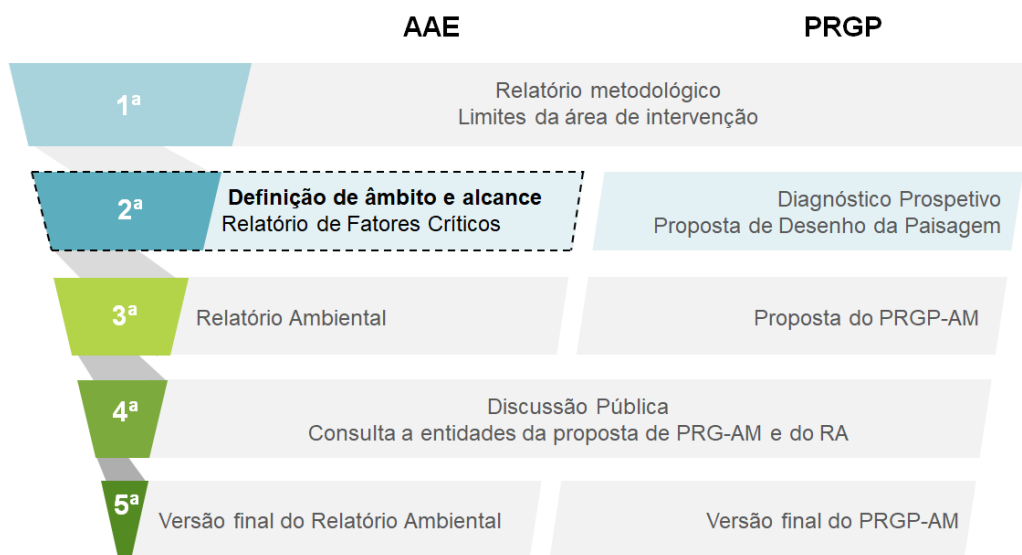


Figura 1 – Faseamento metodológico geral da AAE e PRGP-AM

Tendo em consideração as orientações de Partidário (2012), a presente fase metodológica, correspondente ao “Relatório de Fatores Críticos para a Decisão”, diz respeito à fase de estabelecimento do contexto e de focagem estratégica, cujo desenvolvimento assenta numa reflexão, discussão e aprofundamento das questões ambientais que estão subjacentes à efetiva transformação da paisagem da área de intervenção, processo este que tem como objetivo principal a definição de um conjunto de fatores de natureza estratégica sobre os quais a AAE se processa.

Com efeito, o presente documento apresenta uma estrutura metodológica assente na:

- 1) Descrição do objeto de avaliação ambiental;
- 2) Identificação do **Quadro Problema**, que “inclui os problemas, as potencialidades e as forças de mudança. Constitui um primeiro e rápido diagnóstico que permite um olhar incisivo sobre o que realmente importa (Reis, 2021). O objetivo é descobrir a raiz dos problemas. Pode também ajudar a explorar benefícios ambientais para uma estratégia de desenvolvimento (Partidário, 2012).
- 3) Identificação do referencial estratégico, objetivo de políticas ambientais e de sustentabilidade nos domínios relevantes para esta avaliação;
- 4) Análise da relação entre Instrumentos de política e referencial estratégico com os objetivos do PRGP-AM e das questões ambientais e de sustentabilidade;
- 5) Definição das componentes de base estratégica, designadamente das Questões Estratégicas, do Quadro de Referência Estratégico e dos Fatores Ambientais/Questões Ambientais e de Sustentabilidade, que se definem da seguinte forma:

Questões Estratégicas (QE): constituem os “*objetivos e linhas de força associados ao objeto de avaliação que contribuem para a definição dos FCD*”, consubstanciando as opções estratégicas identificadas para o PRGP-AM com potenciais implicações ambientais.

Quadro de Referência Estratégico (QRE): corresponde aos “*macro objetivos de política ambiental e de sustentabilidade estabelecidos a nível internacional, europeu e nacional que são relevantes para a avaliação e são exigidos legalmente, bem como as ligações a outros Planos e programas com os quais o objeto de avaliação estabelece relações*”.

Fatores Ambientais (FA): definem “*o âmbito ambiental relevante, ajustando ao tema, contexto e escala do objeto de avaliação dos fatores ambientais legalmente estabelecidos*”. Os fatores ambientais a considerar na avaliação foram definidos pelo Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, na alínea e), n.º 1, Artigo 6.º, respeitando à “*biodiversidade, população, saúde humana, fauna, flora, solo, água, atmosfera, fatores climáticos, bens materiais, património cultural, incluindo o património arquitetónico e arqueológico, paisagem e a inter-relação entre todos estes fatores*”.

- 6) Definição do Quadro de Avaliação que constitui uma ferramenta de apoio à tomada de decisão nas fases subsequentes de elaboração da proposta do PRGP-AM, permitindo a identificação e a avaliação dos efeitos significativos para o ambiente e para o território, das soluções que vierem a ser equacionadas. Inclui os fatores críticos para a decisão, critérios de avaliação e indicadores para a AAE, que se definem:

Fatores Críticos para a Decisão (FCD): Temas fundamentais para o sucesso de uma decisão estratégica e sobre os quais a AAE se deve debruçar. Agem como janelas de observação com o objetivo de focagem nas questões estratégicas de ambiente e sustentabilidade relevantes. Materializam o conceito de definição de âmbito ao nível da avaliação estratégica ao estabelecer o quadro da avaliação na AAE, fornecendo orientação para a análise de tendências, através dos estudos técnicos que necessitam de ser realizados, um quadro para a avaliação das opções estratégicas em termos de oportunidades e riscos, e ainda uma estrutura para a apresentação de resultados. Estes fatores são identificados principalmente através de observações e diálogo com os agentes relevantes, considerando múltiplas perspetivas e motivos de preocupação.

Serão estes FCD que estruturarão a análise e a avaliação dos efeitos ambientais de natureza estratégica, decorrentes da implementação da proposta do PRGP-AM.



Figura 2 – Processo de definição dos FCD

Critérios de avaliação (CA): especificam os FCD e fornecem detalhes sobre o que significam esses fatores, bem como as questões relevantes consideradas prioritárias.

Indicadores de avaliação (IA): são métricas da avaliação, quantitativas ou qualitativas, sendo selecionados os que realmente revelam tendências significativas.

A figura seguinte esquematiza o faseamento desta segunda etapa de elaboração da AAE:

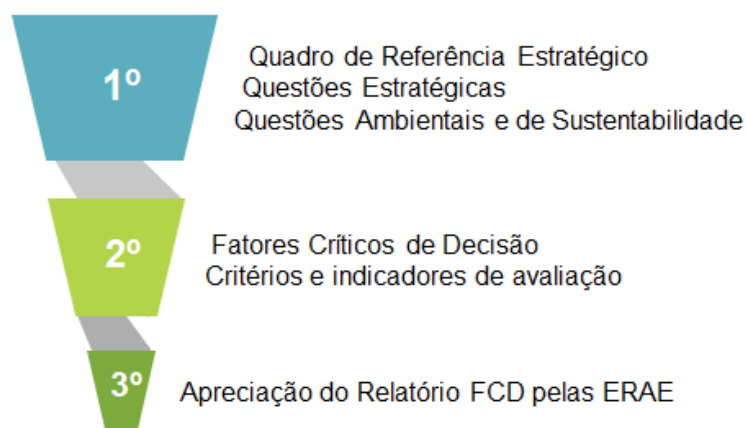


Figura 3 – Faseamento da definição do âmbito e do alcance da AAE

2. OBJETO DE AVALIAÇÃO

O objeto de avaliação ambiental estratégica é a proposta de PRGP-AM, que consiste na promoção do desenho da paisagem como referencial de uma nova economia dos territórios rurais, assente numa floresta multifuncional, biodiversa e resiliente, mais rentável, com mais capacidade de sequestro de carbono e capaz de produzir melhores serviços a partir dos ecossistemas potenciando uma gestão ativa e sustentável do território.

2.1. ÁREA DE INTERVENÇÃO

A área de intervenção do PRGP-AM situa-se na Região Centro (NUTS II), abrange parcialmente o distrito e a sub-região de Coimbra, confrontando a este e norte com as sub-regiões das Beiras e Serra da Estrela e Viseu Dão Lafões respetivamente. Com uma área de aproximadamente 49.000ha, esta unidade territorial e inclui trinta e uma freguesias de três concelhos: Arganil, Oliveira do Hospital e Tábua, como se ilustra na figura seguinte.

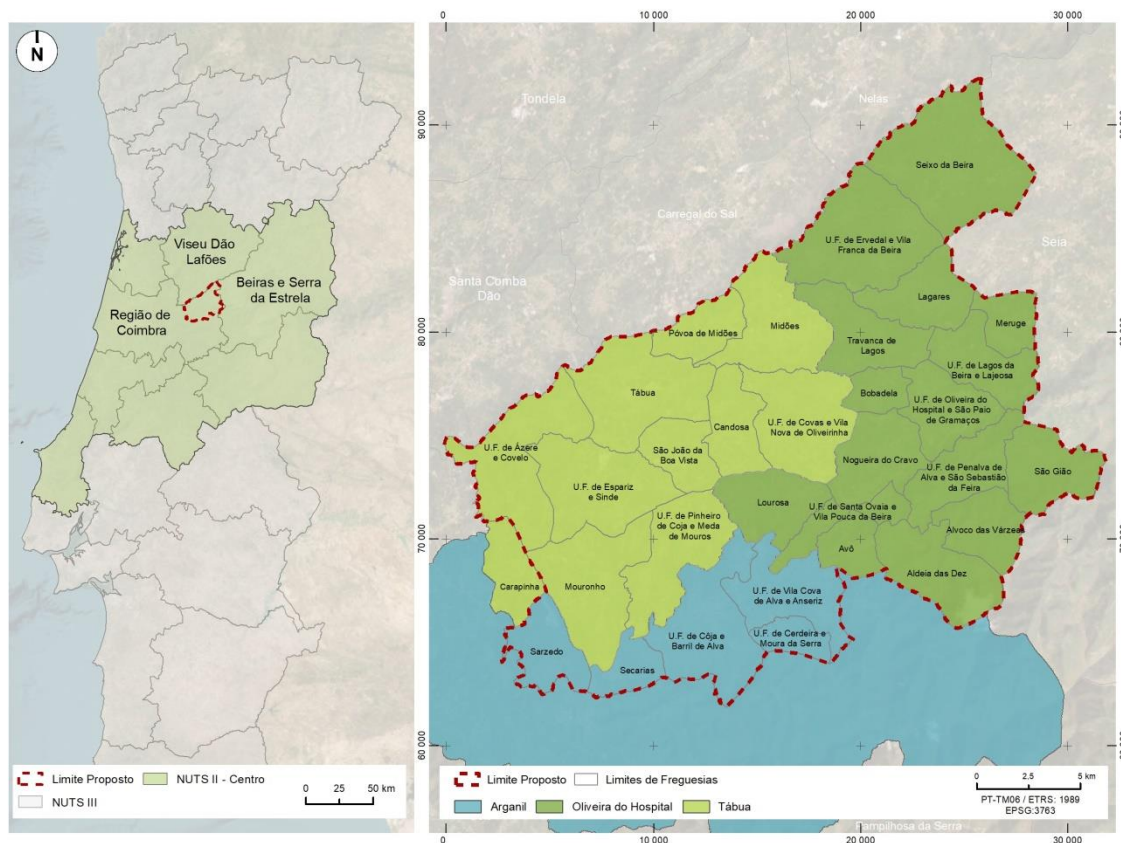


Figura 4 – Enquadramento territorial

Oliveira do Hospital tem aqui uma grande percentagem da área de intervenção do PRGP-AM (48%), seguindo-se naturalmente o Município de Tábua (39%) e, por fim, o Município de

Arganil que, após ajustes nos limites do território afeto ao presente exercício de planeamento estratégico, corresponde a apenas 13% desta área de intervenção (quadro 1).

Quadro 1 – Freguesias incluídas no PRGP-AM

Concelho	Freguesia	Área (Hectares)	
Arganil	Secarias	694,07	Total 6 542,13
	União das freguesias de Cerdeira e Moura da Serra	550,31	
	Sarzedo	1 155,55	
	União das freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz	1 712,58	
	União das freguesias de Côja e Barril de Alva	2 429,63	
Oliveira do Hospital	Aldeia das Dez	1 869,49	Total 23 451,66
	Avô	717,20	
	Alvoco das Várzeas	1 162,30	
	União das freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira	743,05	
	Lourosa	1 393,53	
	São Gião	1 454,92	
	União das freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira	1 449,59	
	Nogueira do Cravo	1 498,36	
	Bobadela	567,96	
	União das freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços	1 366,87	
	União das freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa	1 351,19	
	Meruge	724,70	
	Travanca de Lagos	1 582,67	
	Lagares	1 318,96	
	União das freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira	2 877,95	
Seixo da Beira	3 372,92		
Tábua	Mouronho	2 402,38	Total 19 036,83
	União das freguesias de Pinheiro de Coja e Meda de Mouros	1 983,50	
	União das freguesias de Espariz e Sinde	2 352,45	
	São João da Boa Vista	985,34	
	União das freguesias de Ázere e Covelo	2 547,49	
	União das freguesias de Covas e Vila Nova de Oliveirinha	2 186,71	
	Candosa	1 139,12	
	Tábua	2 481,14	
	Póvoa de Midões	952,00	
Midões	2 006,71		

De forma sintética, a paisagem da área de intervenção é bastante diversificada, abrangendo a plataforma aplanada entre os vales encaixados do rio Mondego e no rio Alva, que se sobressaem como importantes recursos hídricos desta região. A distinção entre duas grandes unidades geológicas/litológicas – complexo xisto-grauváquico (no setor sul) e os maciços graníticos (no setor norte) estão relacionados com a capacidade de desenvolvimento de solo e de uma ocupação do solo agrícola e florestal, bem como da disponibilidade hídrica (*ver Volume I, sobre diagnóstico prospetivo, para mais informação de enquadramento e caracterização geográfica*).

2.2. OBJETIVOS OPERACIONAIS E ESTRATÉGICOS

Constituem-se como **objetivos operacionais** do PRGP-AM, nos termos da resolução que cria o PTP, as seguintes orientações:

- a. *“Potenciar as características biofísicas dos territórios de floresta, as potencialidades produtivas dos solos e o equilíbrio dos diferentes ciclos naturais;*
- b. *Aumentar a resiliência dos territórios aos riscos, em particular ao de incêndio, mas também a minimização de outras vulnerabilidades num quadro de alterações climáticas;*
- c. *Aumentar as interfaces de ocupação do solo pela constituição de mosaicos culturais geridos na perspetiva espacial e temporal, impulsionando a construção coletiva de paisagens mais sustentáveis;*
- d. *Estimular os produtores agrícolas e florestais e outros agentes ativos no terreno a executarem as várias formas de gestão e conservação dos espaços rurais;*
- e. *Aumentar a área com gestão agregada de pequenas propriedades, preferencialmente através de entidades e organizações coletivas, potenciando o aumento da produtividade e da rentabilidade dos ativos florestais e a melhoria do ordenamento e conservação dos espaços rurais;*
- f. *Dar resposta à baixa adesão que os territórios florestais em minifúndio têm em implementar projetos com escala.*¹

Para além da componente operacional do programa, pretende-se que o PRGP-AM consiga cumprir com os seguintes **objetivos estratégicos**:

- a. *“Promover o ordenamento e a multifuncionalidade da floresta, instalando povoamentos ordenados, biodiversos e resilientes, conjugados com mosaicos agrícolas, silvopastoris e de áreas abertas, capazes de sustentar a exploração e gestão das atividades económicas associadas, de prestar serviços ambientais diversos e de reduzir significativamente o risco de incêndio e a severidade da área ardida, assegurando a acumulação duradoura do carbono;*
- b. *Promover as atividades agrícolas, agro-pastoris e as pastagens naturais, valorizando a agricultura sustentável, de produção biológica e de conservação e incentivando a produção e consumo da pequena agricultura de proximidade, contribuindo para a constituição de espaços de descontinuidade que reduzam a progressão de incêndios e contribuam para promover o uso produtivo e regenerativo do capital natural;*

¹ n.º3 do Despacho n.º 11891/2021, de 2 de dezembro

- c. *Promover a valorização do capital natural e cultural, garantindo o incremento da biodiversidade, a proteção e regeneração dos recursos solo e água e a remuneração dos serviços dos ecossistemas insuficientemente valorizados pelo mercado e fomentando a criação de valor a partir dos recursos e valores disponíveis para atividades agrícolas, silvícolas, silvopastoris, cinegéticas e turísticas;*
- d. *Promover uma nova economia para os territórios rurais, que valorize os ativos territoriais locais e providencie maiores rendimentos e qualidade de vida às populações, respeitando a aptidão dos solos, incrementando a resiliência e valorizando o território através da gestão da paisagem.”²*

2.3. VISÃO ESTRATÉGICA

Face às especificidades da área de intervenção e aos objetivos que se pretendem para o PRGP-AM, definiu-se como **Visão** holística para a área de intervenção a seguinte formulação:

“A paisagem será transformada num território sustentável, que valoriza os recursos endógenos. A floresta será resiliente, limpa e ordenada, em mosaicos articulados com uma atividade agrícola, que é dinâmica e constitui a base do empreendedorismo local. A economia estará em simbiose com o ativo social, ambiental e organizativo, criando um ecossistema equilibrado e próspero, num quadro de sustentabilidade e em harmonia com a natureza.”

A visão formulada consagra a evolução da paisagem balizada por valores como a identidade, a sustentabilidade, o ordenamento, a prevenção e a segurança, aos quais se deve subordinar o aproveitamento competitivo dos recursos e das oportunidades, tanto naturais como culturais, numa perspetiva de qualidade de vida da população.

² n.º4 do Despacho n.º 11891/2021, de 2 de dezembro

3. QUADRO PROBLEMA

A elaboração da AAE acarreta um conjunto de desafios associados à própria elaboração do PRGP-AM. Esses desafios foram identificados com base na produção documental sobre o território em análise, nomeadamente relatórios de instrumentos de gestão territorial municipais, bem como em sessões de trabalho com alguns dos atores chave deste território – Executivos municipais, técnicos dos gabinetes florestais e dos gabinetes de proteção civil dos três municípios envolvidos, assim como Presidentes das Juntas de Freguesia, realizadas no âmbito do Processo Participativo do PRGP-AM.

Neste contexto, para uma compreensão das problemáticas, limitações e oportunidades que suportam esta AAE, apresentam-se algumas considerações que advêm do diagnóstico prospetivo desenvolvido no volume I da proposta:

→ Território e acessibilidades

A área do PRGP-AM sofre da mesma problemática da maioria dos territórios do interior no que diz respeito à acessibilidade, carecendo de importantes infraestruturas rodoviárias que garantam a aproximação dos seus principais núcleos populacionais com os importantes centros regionais/nacionais. Esta perceção de um certo isolamento, associado a outros contextos sociodemográficos e económicos, faz com que o transporte individual se sobreponha aos serviços públicos e seja um impedimento à mobilidade da população mais envelhecida que reside nos vários povoamentos dispersos pelo território.

→ Meio biofísico e perigos naturais

Assumindo que as preocupações e as consequências das alterações climáticas nos territórios são centrais e determinantes para repensar as políticas e estratégias de desenvolvimento das próximas décadas, importa reconhecer que a desertificação associada ao abandono das áreas agrícolas e florestais tem aumentado a suscetibilidade dos territórios aos riscos naturais, nomeadamente e com destaque neste PRGP-AM, os incêndios rurais. Está em causa a ameaça da biodiversidade, fauna e flora, bem como o conjunto de serviços de ecossistemas que se perdem com a destruição do património natural e valores ecológicos.

Por um lado, destacam-se os problemas associados à manutenção da qualidade da água, da futura escassez deste recurso ou da atual ocupação infestante e descaracterizadora das galerias ripícolas nas margens das linhas de água - veja-se por exemplo a ocupação de corredores ecológicos com floresta de eucaliptos, ou completo abandono de terrenos em área classificada. Por outro lado, importa sublinhar não só a perda de solo que resultou após o incêndio de 2017 (sobretudo em áreas de litologia granítica), como a propagação de espécies infestantes no período subsequente a esta grande ocorrência, e que alterou completamente a paisagem desta região.

→ Património rural e paisagem

Sobrevivem ainda vários elementos e símbolos da ruralidade na paisagem deste território. Porém, o abandono das culturas agroflorestais tradicionais e introdução excessiva de espécies exóticas – p.ex. o eucalipto –, sobretudo em áreas sem efetiva boa aptidão, veio criar um sentimento de afastamento ao mundo rural e de desordenamento geral deste território. A problemática com a estrutura da propriedade de minifúndio é aqui transversal a vários problemas identificados, impossibilitando o ganho de escala para operações de transformação ou melhor gestão da ocupação do solo. O desconhecimento dos proprietários e/ou dos limites das propriedades contribui para um subaproveitamento e desvalorização do património natural e paisagístico deste território.

Associado a um sentimento de desacreditação e impotência para alterar o quadro atual de ineficácia de políticas, acabam por se perder oportunidades de alavancagem dos recursos endógenos, como são os produtos agroalimentares tradicionais ou artes e ofícios muito próprios do mundo rural, como os guardas-florestais e vigilantes que muito podiam contribuir para a mitigação de comportamentos e ocorrências perigosas.

Reconhece-se, no entanto, que esta é uma região com um elevado interesse turístico, quer pelo próprio património que possui (turismo de natureza, percursos pedestres, praias fluviais, etc.), quer pela proximidade a outras referências de relevo no contexto nacional, como é exemplo a Serra da Estrela. Está por isso na região de referência do queijo e requeijão DOP. Por estar próxima do Dão, é também uma referência para o turismo enólogo, com enorme potencial para o desenvolvimento de vinhas e respetiva produção de vinho do Dão. Também são boas apostas as frutas e outras novas culturas têm grande potencial.

→ Recursos sociodemográficos

Sobressai o despovoamento populacional associado a uma tendência de diminuição da população residente, bem como o envelhecimento estrutural que assola estes territórios de baixa natalidade. Esta dinâmica tem como consequência a falta de mão-de-obra de população em idade ativa com graves consequências para o fomento de uma efetiva estratégia de dinamização dos espaços agroflorestais, quer no que diz respeito a atividades produtivas suportadas nos produtos agrícolas, silvícolas e florestais, quer no que concerne a projetos de dinamização turística.

→ Emprego e empreendedorismo de base rural

Verifica-se escassez de emprego e empreendedorismo associado a projetos agroindustriais, face ao potencial existente, nomeadamente um fraco apoio a serviços, coletividades e autarquias locais para o desenvolvimento de atividades rurais. Também foi reconhecida a falta de dinamização de iniciativas periódicas sobre a promoção e comercialização dos produtos

endógenos, associada à atual fraca cultura associativa e cooperativa. O já referido abandono nas atividades agrícolas e silvopastoris, associado à falta de infraestruturas de apoio a estas atividades, faz com que permaneçam poucos trabalhadores dedicados a estas.

→ Recursos florestais

Uma das principais consequências para o progressivo abandono do mundo rural é o desaparecimento do mosaico agroflorestal, sobretudo nas áreas mais planas, fazendo aumentar a perigosidade de incêndio por via do predomínio da floresta – neste caso de eucalipto – e, em muitos casos, sem qualquer tipo de gestão. A dificuldade em manter a rede viária florestal nas condições aceitáveis é também um problema. Para além de existirem percursos intransitáveis, faltam bolsas de desafogo/abertura para a inversão de marcha, faltam valas de escoamento de águas, falta recolha dos resíduos que são deixados nas bermas e margens das vias depois das operações de desbaste e limpeza, entre outros apontamentos deficitários. Na verdade, sobressai uma escassez de ações de prevenção, como são as limpezas de terrenos e a gestão desses combustíveis.

Os incêndios de 2017 vieram também afetar a perceção de risco neste território, espelhada na carta de perigosidade estrutura 20-30 que coloca a grande maioria deste território em classe alta e muito alta – com efeitos bastante limitadores em aspetos de desenvolvimento do espaço rural, como é, por exemplo, no licenciamento de novas habitações ou projetos turísticos.

→ Governança

Reconhece-se um envolvimento deficitário dos órgãos locais no processo de gestão do espaço agroflorestal, nomeadamente nas ações de prevenção e combate aos incêndios. Sobressai de forma transversal a escassez de recursos humanos e técnicos (incluindo formações específicas para operacionalizar e operar certas ações e equipamentos, respetivamente) sobretudo nas juntas de freguesia.

Com efeito, verifica-se uma certa desarticulação entre os vários órgãos desde os decisores até aos que executam ações no território, revelando uma certa ineficácia da organização da administração pública, sobretudo a que está diretamente ligada à gestão florestal. Todavia, há associações, há atores interessados e possibilidade de desconcentrar competências e recursos dos municípios (ou da administração central) para as freguesias ou conjunto/grupo de freguesias, por forma a tornar mais eficaz e eficiente a operacionalização de ações relativas à defesa da floresta contra incêndios, mas também de fomento ao desenvolvimento rural de forma geral.

O quadro seguinte representa a síntese do diagnóstico:

Quadro 2 – Síntese do diagnóstico (adaptado Reis, 2021)

Área temática	Problemáticas	Limitações	Potencialidades
Território e acessibilidades	<ul style="list-style-type: none"> • Isolamento, inacessibilidade face aos principais eixos de acessibilidade regional; • Desequilíbrio modal em favor do transporte individual; 	<ul style="list-style-type: none"> • Inoperabilidade do Plano Rodoviário Nacional; Morosidade da concretização de importantes ligações rodoviárias (p.ex. ligação entre IC6 e IC7) 	<ul style="list-style-type: none"> • Contexto geográfico favorável e proximidade de importantes infraestruturas e capitais de Distrito;
	<ul style="list-style-type: none"> • Rarefação de funções centrais sobretudo nas freguesias periféricas 	<ul style="list-style-type: none"> • Escassez de políticas públicas eficazes para distribuição equilibrada de infraestruturas e equipamentos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade para a criação de infraestruturas sociais capazes de atrair e repovoar o território com novos residentes
Meio biofísico e perigos naturais (serviços ecossistémicos)	<ul style="list-style-type: none"> • Escassez de água para rega; • Descaracterização das galerias ripícolas /Infestantes nas margens; 	<ul style="list-style-type: none"> • Escassez de precipitação na época mais quente; Ausência de políticas para a manutenção dos corredores ecológicos 	<ul style="list-style-type: none"> • A morfologia, a abundância de precipitações no inverno e a presença de linhas de água permite o represamento e armazenamento de água para rega e abastecimento no período estival.
	<ul style="list-style-type: none"> • Redução da qualidade da água - Arrastamento das cinzas e carga sólida nos pós-incêndios 	<ul style="list-style-type: none"> • Degradação da qualidade dos recursos hídricos 	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de instrumentos de política direcionada a recuperação da qualidade de recursos hídricos
	<ul style="list-style-type: none"> • Propagação de invasoras com incremento no pós-incêndios de 2017 	<ul style="list-style-type: none"> • Ineficiência das ações de estabilização e emergência e repovoamento florestal nos pós-incêndios 	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de políticas direcionadas à valorização florestal, nomeadamente as que derivam do PRR;
	<ul style="list-style-type: none"> • Suscetibilidades a perigos naturais. • Ameaça para a biodiversidade (fauna e flora) resultante dos incêndios rurais 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de políticas ativas para a adaptação e mitigação das alterações climáticas no desenvolvimento rural 	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de culturas tradicionais que se encontram bem adaptadas condições edafoclimáticas
	<ul style="list-style-type: none"> • Fragmentação de corredores ecológicos e ocupação com monoculturas; • Fragmentação e perda de biodiversidade nas áreas classificadas; 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de uma política de promoção de corredores ecológicos; • Escassez de políticas para a gestão das áreas classificadas 	<ul style="list-style-type: none"> • Corredores no alinhamento do rio Alva e Mondego com grande potencial para diversificação do mosaico e fomento da biodiversidade

Património rural, agricultura e paisagem	<ul style="list-style-type: none"> Abandono agrícola e valorização ainda insuficiente dos produtos agroalimentares tradicionais; 	<ul style="list-style-type: none"> Estrutura fundiária de minifúndio; Limitações na organização de produtores; Envolvimento tardio da administração pública no desenvolvimento de políticas rurais; 	<ul style="list-style-type: none"> Possibilidade de desenvolvimento de instrumentos de valorização e ordenamento fundiário; A manutenção de produtos de importância nacional, como é o caso do Queijo Serra da Estrela permite a manutenção de uma identidade e cultura associativa;
	<ul style="list-style-type: none"> Subaproveitamento e desvalorização da cultura local e património natural e paisagístico 	<ul style="list-style-type: none"> Escassez de políticas locais para o ordenamento rural e promoção do desenvolvimento agroflorestal sustentável 	<ul style="list-style-type: none"> Existência de instrumentos importantes de valorização do património rural e natural, com são o caso das Aldeias de Xisto e Aldeias de Montanha, o Parque Natural e Geopark Serra da Estrela, entre outros
Recursos sociodemográficos	<ul style="list-style-type: none"> Despovoamento populacional continuado (tendência de diminuição da população residente (-7,5% de 2011-2021); Agravamento do envelhecimento estrutural (idosos representam aproximadamente 30% do total de residentes); Escassez de mão-de-obra em idade ativa, nomeadamente para trabalhos agroflorestais 	<ul style="list-style-type: none"> Políticas públicas insuficientes para a atração de população jovem 	<ul style="list-style-type: none"> Existência de políticas para a valorização do interior e da coesão territorial que podem ser potencializadas para a atração de jovens; Existência de instituições de ensino superior e formação profissional que podem melhorar as competências dos recursos humanos para o empreendedorismo rural
Emprego e empreendedorismo de base rural	<ul style="list-style-type: none"> Empreendedorismo de base rural insuficiente 	<ul style="list-style-type: none"> Escassez de infraestruturas de apoio à localização agroindustrial; Afastamento dos serviços especializados de desenvolvimento agro-florestal 	<ul style="list-style-type: none"> Existência de Feiras e eventos de promoção e comercialização dos produtos regionais, destacando-se a feira do queijo que podem ser potencializadas e descentralizadas; Existência de associações e de ensino profissional e universitário que pode melhorar o nível de apoio ao empreendedorismo; Existência de associações e de serviços de apoio ao empreendedorismo que podem ser melhorados e descentralizados
	<ul style="list-style-type: none"> Articulação insuficiente entre a produção e a comercialização 	<ul style="list-style-type: none"> Cultura associativa e cooperativa insuficiente; Rarefação de mercados rurais fora das sedes de município; 	<ul style="list-style-type: none"> Existência de associações, cooperativas e de produtores agroindustriais locais que podem dinamizar os mercados locais e as vendas diretas

	<ul style="list-style-type: none"> • Valorização insuficiente dos recursos turísticos, das aldeias e da paisagem 	<ul style="list-style-type: none"> • Insuficiência de políticas para o desenvolvimento do turismo de natureza e cultura 	<ul style="list-style-type: none"> • A diversidade de recursos biofísicos e paisagísticos potencializa o desenvolvimento de vários produtos e serviços turísticos como são exemplo as praias fluviais, percursos pedestres, rotas de BTT, entre outros nomeadamente ligados ao património cultural;
Recursos Florestais	<ul style="list-style-type: none"> • Mosaico agroflorestal tradicional em degradação progressiva 	<ul style="list-style-type: none"> • Escassez de políticas para o ordenamento florestal e paisagístico; 	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilidade de desenvolvimento de instrumentos de ordenamento florestal e paisagístico, nomeadamente associados ao PRGP e AIGP
	<ul style="list-style-type: none"> • Desinteresse e abandono dos terrenos com menor aptidão agrícola; • Desaproveitamento dos sobrantes e biorresíduos; • Proliferação de floresta de produção sem licenciamento 	<ul style="list-style-type: none"> • As políticas de condicionamento nas áreas de perigosidade estrutural podem ser perniciosas face aos objetivos de desenvolvimento rural; • Desarticulação entre políticas de ordenamento e de desenvolvimento florestal; • Fiscalização insuficiente 	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de empresas transformadoras de madeira podem facilitar a instalação de um modelo económico associada à valorização dos biorresíduos (biomassa florestal, p.ex.); • Possibilidade de incremento da silvopastorícia;
	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades no concretizar das faixas de gestão de combustível; • Rede viária florestal degradada e com manutenção insuficiente 	<ul style="list-style-type: none"> • Propriedade maioritariamente privada e em minifúndio; • Concentração de recursos e meios de gestão florestal e manutenção de infraestruturas na sede dos municípios 	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de cadastro em Oliveira do Hospital, e o Cadastro Simplificado encontra-se em curso em Tabua e Arganil; • Possibilidade de desconcentração de recursos e meios para as freguesias
Governança do espaço florestal	<ul style="list-style-type: none"> • Desarticulação/Afastamento dos órgãos de decisão face ao local quer na prevenção quer no combate aos incêndios rurais 	<ul style="list-style-type: none"> • Limitações que derivam da organização territorial e da distribuição de competências sobre o ordenamento e desenvolvimento rural; 	<ul style="list-style-type: none"> • Estudar possibilidades de desconcentração de serviços e competências na gestão florestal
	<ul style="list-style-type: none"> • Nível de envolvimento deficitário dos proprietários e das Juntas de Freguesia nas decisões sobre o desenvolvimento agroflorestal 	<ul style="list-style-type: none"> • Escassez de políticas direcionadas ao fomento da governança local; • A área florestal afeta a cada uma das freguesias justifica uma melhor distribuição de recursos e meios; • Afastamento dos órgãos da administração Direta do Estado face às problemáticas e á necessidade de gestão de proximidade dos recursos florestais; 	<ul style="list-style-type: none"> • Os novos instrumentos de ordenamento e gestão florestal derivados dos PRGP e AIGP facilitam e promovem uma melhor governança local

4. DEFINIÇÃO DO ÂMBITO E ALCANCE DA AAE

Conforme descrito na metodologia considerada para elaboração da AAE, a definição do âmbito e do alcance da avaliação ambiental, consiste de forma genérica na identificação dos Fatores Críticos para a Decisão. Estes resultam de uma análise integrada de elementos considerados como a base estratégica, interligados entre si, nomeadamente as Questões Estratégicas, o Quadro de Referência Estratégica e os Fatores Ambientais.

4.1. QUESTÕES ESTRATÉGICAS (QE)

A definição das questões estratégicas enquanto objetivos e linhas de força associados ao objeto de avaliação tem em consideração diferentes aspetos metodológicos

Por um lado tem em conta as orientações estratégicas contidas nos instrumentos de política nacional com foco nas principais problemáticas e potencialidades dos territórios florestais mais vulneráveis, nomeadamente o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), a Estratégia Nacional para as Florestas 2030 (ENF2030) ou a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030), bem como os princípios orientadores e os objetivos específicos estabelecidos nos diplomas do novo ciclo de políticas públicas para as florestas, de onde se destaca o PTP e a medida programática dos PRGP. Por outro lado, suporta-se também no exercício de análise integrada da informação de análise-diagnóstico da área de intervenção, dos trabalhos e levantamentos de campo, consulta a *stakeholders* e entidades e da discussão de temáticas territoriais e ambientais significativas, de onde se sintetizam as principais problemáticas, limitações e potencialidades identificadas para a área de intervenção do PRGP-AM.

Estas questões, que irão contribuir para a definição dos FCD, estão associadas a domínios relevantes abrangidos pelo Programa, cuja estratégia deverá procurar dar resposta e sobre os quais deverá planear intervenção. As QE são identificadas nos quadros seguintes:



QE1: Valorização do capital natural, paisagístico e dos serviços de ecossistemas

Resposta ao nível da sustentabilidade ambiental, garantindo a gestão e uso adequado do capital natural local (produtos da floresta, silvopastorícia, caça, pesca e agricultura), nomeadamente o incremento da biodiversidade, do restauro dos ecossistemas e da proteção e regeneração do solo e da água, valorizando os serviços de ecossistemas.

Por um lado, pretende-se que o PRGP-AM possa contribuir para a salvaguarda dos recursos endógenos, sobretudo do seu capital natural. A riqueza e beleza do património cultural e natural da área de intervenção, ao nível da flora, fauna, mas também do seu património geomorfológico – enquadrado pelo

rio Mondego, rio Alva e o Parque Natural da Serra da Estrela, entre outros elementos – traduz-se numa paisagem de elevada qualidade biocénica. Por outro lado, essa preposição tem de estar associada a uma estratégia de valorização desse património, no sentido de se promover o desenvolvimento sustentável, ecológico e inteligente, que deverá ser vertida no modelo de ordenamento e opções estratégicas do PRGP-AM, aproveitando assim as sinergias de outras infraestruturas, como o caso do Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE). O PRGP deverá constituir resposta ao fomento de serviços culturais que conjuguem elementos identitários e promoção das atividades e produtos locais, com uma oferta na área do turismo sustentável, nomeadamente turismo rural, de natureza e ecoturismo.

O PRGP deverá promover uma política de cooperação entre proprietários/gestores de prédios rústicos adjacentes, sobretudo nas áreas onde a dimensão da propriedade rural é mais reduzida, no sentido de se potenciar uma estratégia de ocupação do solo que garanta a conectividade da paisagem com ocupações do solo coerentes. Só assim será possível que o território forneça serviços dos ecossistemas numa base sustentável, assegurados pela existência da estrutura ecológica fundamental que se traduza em reais benefícios sociais. Para isso, deverá ter-se em consideração a análise das compensações aos proprietários/gestores da terra por custos de investimento, gestão/manutenção e de oportunidade, para que se estimule a adoção de ocupações e práticas mais favoráveis quer com a diminuição da vulnerabilidade aos incêndios, quer com o estímulo de uma economia rural. O objetivo é o de assegurar uma remuneração direta pela provisão de serviços dos ecossistemas que possam contribuir para o bem-estar da população local e para a inversão da sua baixa valorização.



QE2: Atratividade e desenvolvimento socioeconómico

Resposta efetiva ao ciclo de abandono do mundo rural decorrente de distintas debilidades estruturais que afetam extensas áreas do território, com especial foco para o declínio da estrutura demográfica, das alterações sociais e económicas que tornam estes territórios de baixa densidade em lugares demograficamente deprimidos, marcados pelo envelhecimento e despovoamento.

Deve-se procurar articular os interesses da população e das gerações futuras com os dos proprietários e gestores da terra, através da valorização da propriedade rústica e da promoção da sua gestão sustentável, evitando-se problemas graves com custos económicos, sociais e ambientais elevados, que tem como exemplo o abandono rural.

Deve-se salvaguardar os recursos endógenos e identitários do território, procurando sempre potenciar os usos sustentáveis dos recursos naturais e energéticos, através do fomento de princípios de economia circular, adoção de medidas que visem a prevenção ou redução na produção de resíduos, a recolha seletiva e sua valorização, em especial dos biorresíduos urbanos, florestais, agrícolas e pecuários (biomassa). Nas atividades agrícolas e pecuárias deve-se salvaguardar o efetivo controlo de fontes de poluição tópica e difusa, evitando a contaminação dos recursos hídricos.

Não obstante, importa ter presente que para uma efetiva inversão dos processos socioeconómicos mais complexos, a concretização destes projetos deve ser alicerçada nas potencialidades deste território, incluindo outros setores de desenvolvimento complementares como a educação, saúde, energia e cultura,

criando também condições de fixação e atratividade de novos residentes e visitantes e que, de certa forma, possam contribuir para a sua dinamização e sustentabilidade.



QE3: Redução da vulnerabilidade aos incêndios e resiliência dos territórios

Resposta ao nível da minimização, prevenção e adaptação do território aos riscos naturais como erosão hídrica, incêndios rurais, seca, ondas de calor e a desertificação, nomeadamente a proteção dos elementos naturais existentes. Para além dos eventos perigosos potenciados por ação antrópica, importa destacar os fenómenos associados às alterações climáticas, cuja significância deverá ser vertida na proposta de reordenamento da paisagem deste território, no sentido da sua capacidade de resiliência e adaptação aos fenómenos perigosos.

Dos riscos naturais que se identificam na área do PRGP-AM, destaca-se a vulnerabilidade deste território aos incêndios rurais, comprava pelas ocorrências destes fenómenos e pelo resultado do grande incêndio de 2017. Os incêndios, em conjunto com outros perigos nomeadamente erosão do solo, seca e desertificação, podem conduzir a situações de perda significativa de solo e conseqüentemente da biodiversidade, produção agrícola e florestal, incluindo outras perdas ao nível dos serviços prestados pelos ecossistemas. Por isso, é determinante que o PRGP-AM consiga reforçar a identificação das áreas de maior risco (muitas já representadas em instrumentos municipais) e dar maior visibilidade às propostas de intensificação de medidas de proteção e salvaguarda do território, dos recursos naturais, pessoas e bens, podendo sugerir novas formas de adaptação e resiliência deste território.



QE4: Colaboração e governança territorial

Para além do processo participativo envolvido na elaboração do PRGP-AM, reconhece-se que a execução deste instrumento exige um maior grau de coordenação entre todos os atores públicos e privado envolvidos, quer ao nível de coordenação política, institucional e operacional, quer ao nível da elaboração quer ao nível do acompanhamento da sua implementação. Uma vez que o primeiro foco é a redução imediata da vulnerabilidade deste território à ocorrência de incêndios, a estes atores junta-se todo o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais e o próprio sistema de gestão territorial concretizado pelos diferentes instrumentos de gestão territorial em diferentes âmbitos e escalas.

De forma abrangente, a execução do PRGP-AM envolve diretamente as áreas setoriais das florestas e da agricultura, do ambiente e da ação climática, da conservação da natureza e biodiversidade, do ordenamento do território e proteção civil, sendo dirigida à administração central, com vista ao seu robustecimento e capacitação, bem como aos agentes locais - públicos (câmaras municipais, juntas de freguesia, comunidade intermunicipal), privados (proprietários rústicos, produtores florestais, investidores) e coletivos (organizações de produtores florestais, associações locais, baldios, entidades coletivas de gestão, cooperativas), entre outros. Tendo-se criado fluxos de informação entre atores e contextos que apoiem e facilitem decisões para a implementação do PRGP de forma eficaz e eficiente, espera-se conseguir potencial os impactos positivos deste instrumento estratégico, nomeadamente a

operacionalização da sua estratégia no horizonte temporal definido.

Neste contexto, considera-se determinante reforçar o poder de atuação quer das juntas de freguesia por serem entidades muito próximas do território e das populações, na prestação de esclarecimentos e ajudas importantes assim como de apoio à primeira intervenção em caso de incêndio, quer das organizações de proprietários florestais que têm um papel fundamental na manutenção e melhoria da prestação de serviços de proximidade, aconselhamento e apoio junto dos proprietários e produtores florestais, nomeadamente sobre o controlo e monitorização dos agentes bióticos nocivos, operacionalização de componentes importantes de diversos programas públicos de fomento e de proteção dos recursos e territórios florestais. Estas entidades de maior proximidade são também essenciais para apoiar a realização de operações de cadastro simplificado (inclusive apoio ao BUPi), podendo sê-lo também na transferência de conhecimento e tecnologia para a economia real, bem como deter um papel ativo no aumento da competitividade e inovação das empresas locais.

Considera-se fundamental a definição de um modelo de governação, identificando os papéis e responsabilidades das diversas entidades que cooperam para atingir os objetivos e metas estratégicas. Desde logo a articulação entre este instrumento e o que está já a ser desenvolvido ao nível da operacionalização das Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) já aprovadas e concretizadas nas Operações Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP), bem como o estabelecimento de uma articulação com a Rede Natura 2000 e Áreas Protegidas.

Por fim, considera-se pertinente que o PRGP-AM defina um modelo de governança, monitorização e avaliação, que contribua para a sua melhoria contínua, assegurando igualmente modelos de financiamento adequados às especificidades dos diferentes territórios que somam a área de intervenção, promovendo assim uma mudança estrutural nos atuais modelos de ocupação e gestão dos solos, sobretudo das áreas florestais mais vulneráveis, com impacto duradouro ao nível da resiliência, sustentabilidade e coesão territorial.



QE5: Adequação do modelo de financiamento

Pretende-se que o PRGP-AM consiga incentivar financeiramente a gestão das atividades produtivas e dos serviços de ecossistemas. Para isso, deverá assentar na programação das principais intervenções estruturais para uma efetiva transformação/reconversão da paisagem deste território, em articulação com os diferentes modelos de financiamento disponíveis. No atual período de programação comunitária, o financiamento será efetuado na modalidade operacional Multifundos, com recursos financeiros provenientes do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural, do Fundo Ambiental e do Fundo Florestal Permanente.

4.2. QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO (QRE)

O quadro de referência estratégico corresponde ao conjunto dos principais instrumentos de política europeia, nacional, regional e municipal, que reúnem as orientações e objetivos estratégicos de longo prazo em matéria de ambiente e de sustentabilidade. Trata-se de planos e programas bastante relevantes enquanto referência de avaliação do PRGP-AM, que se estabelecem no âmbito Europeu, Nacional, Regional e Municipal (quadro 3).

Quadro 3 – Referências estratégicas do PRGP-AM



Âmbito Europeu

Agenda 2030
Estratégia da UE para a Biodiversidade 2030
Estratégia Temática sobre a Utilização Sustentável dos Recursos Naturais (ETUSRN)
Estratégia Temática de Proteção do Solo (ETPS)
Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) 2023-2027
Pacto Ecológico Europeu (PEU)
Estratégia “Do prado ao prato”



Âmbito Nacional

Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)
Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (EN AAC)
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030)
Estratégia Nacional para as Florestas (ENF)
Estratégia para o Turismo 2027 (ET27)
Política Nacional de Arquitetura e Paisagem (PNAP)
Plano Nacional da Água (PNA)
Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde (PNAAS)
Plano Nacional Energia e Clima (PNEC2030)
Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC)
Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)
Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC)
Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN 2000)
Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC2050)
Programa Operacional de Sanidade Florestal (POSF)
Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação 2014- 2020 (PANCD 2014-2020)
Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR)
Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR)
Programa de Valorização do Interior (PVI)
Programa de Transformação da Paisagem (PTP)



Âmbito Regional

Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Centro (PROT-C)
Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral (PROF-CL)
Plano de Gestão da Região Hidrográfica Vouga, Mondego e Lis (PGRH4A)
Plano Distrital da Defesa da Floresta Contra Incêndios de Coimbra (PDDFCI)
Plano Distrital de Emergência e Proteção Civil de Coimbra (PDEPC)
Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da CIM-Região de Coimbra (PIAAC CIM-RC)
Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela (POPNSE)



Âmbito Municipal

Plano Diretor Municipal de Arganil
Plano Diretor Municipal de Oliveira do Hospital
Plano Diretor Municipal de Tábua
Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI)
Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil (PMEPC)

Para além destes instrumentos de política e desenvolvimento territorial cujos objetivos estratégicos são conducentes com o desenvolvimento sustentável, ambiental e socioeconómico que se quer preconizar com o PRGP-AM, não se descartam outros referenciais estratégicos também pertinentes, nomeadamente:

- Lei de Bases do Ambiente (Lei n.º 19/2014, de 14 de abril) orientada para a promoção do desenvolvimento sustentável, suportada na gestão adequada do ambiente, em particular dos ecossistemas e dos recursos naturais, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade de baixo carbono e uma «economia verde», racional e eficiente na utilização dos recursos naturais, que assegure o bem-estar e a melhoria progressiva da qualidade de vida dos cidadãos.
- Lei de Bases do Clima (Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro, na sua redação atual) que reforça, entre outros aspetos, a urgência de se atingir a neutralidade carbónica, estabelecendo “a meta, para o sumidouro líquido de CO₂ equivalente do setor do uso do solo e das florestas, de, em média, pelo menos, 13 megatoneladas, entre 2045 e 2050”.

A descrição das orientações e metas principais destes instrumentos e análise da sua articulação com o PRGP-AM, encontra-se em quadro em anexo (ver Anexo).

4.2.1. CONVERGÊNCIA DO QRE COM O QE

O quadro seguinte sumariza a convergência entre as macropolíticas constantes do QRE com as QE subjacentes à elaboração do PRGP-AM.

Quadro 4 – Convergência do QRE com o QE

QRE	QE1	QE2	QE3	QE4	QE5
Âmbito Europeu					
Agenda 2030	✓	✓	✓	✓	
Estratégia Biodiversidade 2030	✓	✓	✓	✓	✓
Estratégia (ETUSRN)	✓	✓	✓	✓	✓
Estratégia (ETPS)	✓	✓	✓	✓	✓
PEPAC 2023-2027	✓	✓	✓	✓	✓
Do Prado ao Prato	✓	✓	✓		✓
Âmbito Nacional					
Programa (PNPOT)	✓	✓	✓	✓	✓
Estratégia (ENDS)	✓	✓	✓	✓	✓
Estratégia (EN AAC)	✓	✓	✓	✓	✓
Estratégia (ENCNB 2030)	✓	✓	✓	✓	✓
Estratégia (ENF)	✓	✓	✓	✓	✓
Estratégia (ET27)	✓	✓	✓	✓	✓
Política (PNAP)	✓	✓	✓	✓	
Plano (PNA)	✓	✓	✓	✓	✓
Plano (PNEC2030)	✓	✓	✓	✓	✓
Plano (PNAAS)	✓	✓	✓	✓	✓
Programa (P-3AC)	✓	✓	✓	✓	✓
Plano (PRR)	✓	✓	✓	✓	✓
Plano (PAEC)	✓	✓	✓	✓	✓
Plano (PSRN 2000)	✓	✓	✓	✓	✓
Roteiro (RNC2050)	✓	✓	✓	✓	✓
Programa (POSF)	✓	✓	✓	✓	✓
Programa (PANCD 2014-2020)	✓	✓	✓	✓	
Plano (PNGIFR)	✓	✓	✓	✓	✓
Sistema (SGIFR)	✓	✓	✓	✓	✓
Programa (PVI)	✓	✓	✓	✓	✓
Programa (PTP)	✓	✓	✓	✓	✓
Âmbito Regional					
Plano (PROT-C)	✓	✓	✓		
Plano (PROF-CL)	✓	✓	✓	✓	
Plano (PGRH4A)	✓	✓	✓	✓	
Plano (PDDFCI)	✓	✓	✓	✓	
Plano (PDEPC)	✓	✓	✓	✓	
Plano (PIAAC CIM-RC)	✓	✓	✓	✓	✓

Plano (POPNSE)	✓	✓	✓	✓	
Âmbito Municipal					
PDM de Arganil		✓	✓		✓
PDM de Oliveira do Hospital		✓	✓		✓
PDM de Tábua		✓	✓		✓
Planos (PMDFCI)	✓	✓	✓	✓	
Planos (PMEPC)	✓	✓	✓	✓	

Verifica-se existir uma forte relação entre as QE e as orientações constantes nas macropolíticas, evidenciando assim o alinhamento da estratégia subjacente ao PRGP-AM com as estratégias estabelecidas nos instrumentos do QRE.

Em anexo apresenta-se uma síntese dos objetivos e orientações destes instrumentos e da sua relação/articulação com o PRGP-AM.

4.3. FATORES AMBIENTAIS (FA)

Os Fatores Ambientais considerados na presente avaliação resultam das referências estabelecidas no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, na alínea e), n.º 1, Artigo 6.º, no que respeita à “biodiversidade, população, saúde humana, fauna, flora, solo, água, atmosfera, fatores climáticos, bens materiais, património cultural, incluindo o património arquitetónico e arqueológico, paisagem e a inter-relação entre todos estes fatores”.

Quadro 5 – Fatores ambientais

Biodiversidade, fauna e flora	Avaliar o modelo territorial ao nível da utilização sustentável dos recursos naturais e biodiversidade, nomeadamente na preservação, conservação e valorização dos valores naturais existentes (fauna e flora)
População	Avaliar a dinâmica sociodemográfica, nomeadamente o contributo para a inversão do quadro de vulnerabilidade social, com repercussões no emprego e dimensão económica
Economia	Analisar a estrutura económica do território a partir da dinâmica dos setores de atividade, nomeadamente a capacidade de atrair investimentos e o potencial contributo do PRGP para um desenvolvimento económico e social equilibrado que fomente a competitividade entre as distintas realidades territoriais, incluindo local e regional;
Saúde Humana	Avaliar contributo da proposta para o aumento da qualidade de vida e os seus efeitos diretos na saúde das populações;
Solo	Refletir sobre a proteção dos solos, através da análise do uso, ocupação e transformação do solo, bem como os seus efeitos no ordenamento,

	planeamento e gestão do território municipal;
Água	Avaliar o efeito das medidas na qualidade física do ambiente hídrico, nomeadamente ao nível das intervenções e gestão racional dos recursos hídricos,
Atmosfera	Avaliar o contributo da proposta no que se refere à qualidade do ar
Fatores Climáticos	Avaliar o contributo da proposta nas atividades que contribuem mais significativamente para as emissões de gases de efeito de estufa a nível local, bem como nos reservatórios e sumidouros de carbono
Bens materiais	Avaliar a imagem global do ambiente físico urbano, através da caracterização geral dos núcleos de povoamento, rede de equipamentos, acessibilidades e outras infraestruturas urbanas básicas
Património cultural	Avaliar os efeitos da proposta do PRGP na preservação e valorização do património cultural, incluindo o arquitetónico e arqueológico, em virtude da sua importância para o fomento da identidade local;
Paisagem	Refletir sobre a valorização da paisagem, incluindo todos os aspetos que apresentam valor do ponto de vista histórico, estético e de conservação da natureza;

4.4. FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO (FCD)

Os FCD representam os temas chave, considerados mais relevantes na avaliação da sustentabilidade ambiental da proposta de PRGP-AM, estabelecidos pela análise do objeto de avaliação, do quadro problema, e da relação entre as componentes de base estratégica referidas anteriormente.

Estabelecem o foco no que é efetivamente importante na proposta de PRGP, contribuindo por um lado para a identificação dos efeitos ambientais positivos na paisagem atual e, por outro lado, para o estabelecimento de medidas de mitigação decorrentes de eventuais efeitos negativos associados à transformação da paisagem. Estes fatores estão também alinhados com importantes objetivos de sustentabilidade que se relacionam quer com os objetivos gerais e específicos dos PRGP em elaboração, quer com os objetivos de desenvolvimento sustentável preconizados por vários diplomas do QRE referido anteriormente.

O quadro seguinte apresenta os FCD e os objetivos que os suportam:

Quadro 6 – Fatores críticos para a decisão

Resiliência ao fogo e	Avalia o contributo da Proposta do PRGP no ordenamento biodiverso e resiliente da floresta conjugado com mosaicos agrícolas revitalizados e áreas
-----------------------	---

<p>outros riscos</p>	<p>de descontinuidade, promovendo a prevenção e adaptação do território aos incêndios rurais e a outras vulnerabilidades, no quadro de mudanças climáticas</p> <p><i>Objetivo: o PRGP deverá garantir que o modelo de desenvolvimento territorial seja realmente adequado à suscetibilidade e vulnerabilidade da sua área de intervenção aos principais riscos, com destaque para os incêndios; que contribua efetivamente para o aumento da resiliência do território aos efeitos das alterações climáticas, a partir de um conjunto de medidas e/ou projetos que promovam essa adaptação.</i></p>
<p>Desenvolvimento e valorização do território</p>	<p>Avalia o contributo da Proposta do PRGP na valorização dos ativos locais e na gestão sustentável da propriedade rústica, contribuindo para a diversificação da economia, fixação da população, melhoria da qualidade de vida e atratividade territorial</p> <p><i>Objetivo: o PRGP deverá garantir uma otimização do setor florestal e agrícola para o desenvolvimento rural, conjugando-o com o crescimento económico de outros setores, potenciando a criação de emprego, empreendedorismo, a diversificação da economia com a exploração de outros setores, nomeadamente o turismo, lazer e recreação, por forma a garantir a sustentabilidade socioeconómica deste território. Deverá criar melhores condições para a atratividade e fixação de população, otimizando os recursos endógenos e valores locais presentes no vasto património natural e cultural.</i></p>
<p>Conservação dos valores naturais e dos serviços dos ecossistemas</p>	<p>Avalia o contributo da Proposta do PRGP na criação de valor a partir dos recursos e valores disponíveis para as atividades existentes e potenciais, promovendo a remuneração dos serviços dos ecossistemas</p> <p><i>Objetivo: o PRGP deverá garantir um melhor estado de conservação dos valores naturais, ao nível da biodiversidade e geodiversidade de paisagem, bem como a garantia da sua conectividade e promoção da sua diversidade e multifuncionalidade. Deverá garantir o incremento e valorização dos serviços dos ecossistemas, quer pela manutenção dos processos biológicos que os regulam, quer com os adequados incentivos financeiros e avaliação para o bem-estar das populações.</i></p>
<p>Governança territorial</p>	<p>Avalia o contributo da Proposta do PRGP na articulação com os outros instrumentos de ordenamento territorial, no reforço das competências e do relacionamento entre atores públicos e privados e no envolvimento e responsabilização dos produtores agrícolas, florestais e outros agentes do</p>

	território no ordenamento, conservação e gestão ativa dos espaços rurais
	<i>Objetivo: o PRGP deverá garantir a articulação e compatibilização das políticas deste programa com as restantes políticas setoriais. O PRGP deverá também garantir a articulação de competências entre as entidades públicas e privadas com responsabilidade e interesse nesta área de intervenção, no sentido da responsabilização para a estratégia de transformação deste território, nomeadamente com um maior envolvimento das organizações e sociedade civil (sobretudo dos proprietários) nos processos de decisão, planeamento, gestão e implementação de projetos.</i>

4.4.1. CONVERGÊNCIA DOS FCD COM OS FA

Apresenta-se uma análise da convergência dos FCD estabelecidos com os FA, por forma a verificar e validar a convergência os temas selecionados como críticos da avaliação da sustentabilidade do PRGP-AM com os domínios ambientais definidos no Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de junho alterado pelo Decreto-Lei nº 58/2011, de 4 de maio, conforme apresentado no anterior quadro 5 (Quadro 7).

Quadro 7 – Convergência dos FCD com os FA

Resiliência ao fogo e outros riscos	Biodiversidade, Fauna e Flora População Economia Saúde humana Solo Água Atmosfera Fatores climáticos Bens materiais Património cultural Paisagem
Desenvolvimento e valorização do território	Biodiversidade, Fauna e Flora População Economia Saúde humana Solo Água Fatores climáticos Bens materiais Património cultural Paisagem
Conservação dos valores naturais e dos serviços dos ecossistemas	Biodiversidade, Fauna e Flora População Economia Saúde humana Solo Água Atmosfera Fatores climáticos Bens materiais Património cultural Paisagem
Governança territorial	Biodiversidade, Fauna e Flora População Bens materiais Património cultural Paisagem

4.5. CRITÉRIOS E INDICADORES DE AVALIAÇÃO (IA)

Com a identificação dos FCD e dos temas centrais para a AAE, importa que os objetivos que se pretendem para a transformação da atual paisagem nas suas múltiplas dimensões, sejam traduzidos em critérios específicos e indicadores de avaliação (IA) que permitam identificar os efeitos ambientais mais significativos da alteração do quadro e cenário atual, por via das medidas, ações e projetos desenvolvidos para novos usos, ocupações e transformações subjacentes ao novo desenho da paisagem. Neste sentido, para cada um dos critérios de avaliação definidos para os FCD são definidos indicadores de avaliação que permitirão avaliar e monitorizar os efeitos ambientais que decorrerão da implementação da proposta do PRGP-AM.

Segundo Partidário (2012), o foco da AAE é estabelecido por estes FCD através da identificação de prioridades, atentando as problemáticas e potencialidades inerentes. Com a determinação dos FCD numa abordagem holística e integrada que possibilita constituir o quadro de avaliação, são incorporados os critérios de avaliação e os indicadores que auxiliarão no processo de tomada de decisão. Deste modo, os FCD e os respetivos critérios e indicadores de avaliação estabelecem o foco estratégico e as futuras diretrizes alinhadas ao novo cenário.

Os FCD juntamente com os CA e os IA, estão presentes no quadro seguinte, embora se reconheça uma sobreposição com os indicadores de monitorização do PRGP-AM. Estes IA estão reajustados ao território em questão e às problemáticas identificadas no diagnóstico, recorrendo-se sempre que possível a fontes primárias/diretas para aproximar essa monitorização à realidade do território em concreto, evitando-se a utilização de indicadores universais que podem não ter aderência o território em questão. Com esse propósito releva-se a importância para a sua definição das técnicas participativas e da observação direta (OD). Estas técnicas são um forte contributo para o PRGP-AM, na medida em que há um maior envolvimento da população e dos atores locais, resultando numa maior abrangência de informação e de eventuais conclusões.

Refira-se ainda que relativamente às metas a alcançar, se considera as orientações estabelecidas nos instrumentos de desenvolvimento territorial presentes no QRE. Essas indicações estão referenciadas no quadro em anexo.

Quadro 8 – Quadro de Avaliação

FCD	Critérios	Indicadores					Meta (orientação do desenvolvimento)
		Designação	Cálculo	Unidade	Aplicação		
					Fase de Planeamento	Fase de Seguimento	
Resiliência ao fogo e outros riscos	Riscos e incêndios rurais	Ocorrências de incêndios	Variação do número de ocorrências	ha, %		✘	Diminuir
		Área ardida	Área ardida em povoamentos florestais	ha, %	✘	✘	Diminuir
		Grandes incêndios	Área afetada por fogos superiores a 500ha	%	✘	✘	Reduzir em 75% da área afetada por fogos superiores a 500 ha
		Perigosidade de incêndio	Área florestal com perigosidade elevada e muito elevada	ha, %	✘	✘	Reduzir em 25% a área classificada como alta e muito alta perigosidade de incêndio
	Uso e ocupação do solo	Floresta reconvertida	Área de floresta reconvertida	ha	✘	✘	Aumentar
		Mosaicos agrícolas revitalizados	Área de mosaicos agrícolas revitalizados	ha	✘	✘	Aumentar
		Descontinuidades no território (incluir faixas e outras áreas)	Área de descontinuidades no território (incluir faixas e outras áreas)	ha	✘	✘	Aumentar
		Área ardida reabilitada/recuperada	Área ardida recuperada	ha	✘	✘	Aumentar
	Gestão dos espaços rurais	Emparcelamento	Áreas emparceladas	ha		✘	Aumentar
		Infraestruturas públicas	Infraestruturas públicas rurais - p. ex. regadios (evolução e eficácia)	nº		✘	Aumentar
		Cadastro rústico	Área de cadastro rústico atualizado	ha, %		✘	Atingir 100 % até 2026 (PRR)
	Outros riscos naturais e alterações climáticas	Erosão dos solos	Área com elevado risco de erosão dos solos	ha, %	✘	✘	Diminuir
		Escoamentos	Ações de controlo de escoamentos	Nº	✘	✘	Aumentar
Seca e desertificação		Área vulnerável por risco de seca e desertificação	ha, %	✘	✘	Diminuir	
Desenvolvimento e valorização do território	Dinâmica populacional	População residente	Variação da população residente	nº	✘	✘	Aumentar
		Envelhecimento	Índice de envelhecimento	nº		✘	Diminuir
	Emprego e empreendedorismo	Criação de emprego	População empregada por setor de atividade económica, por grupo etário	nº		✘	Aumentar população empregada no setor primário e secundário
		Apoios financiados aos espaços rurais	Volume dos apoios financiados ao empreendedorismo rural, total e por tipologia	€	✘	✘	Aumentar
	Atividades económicas no espaço rural	Diversificação das atividades económica	Empresas por atividade económica, por subclasse do CAE	nº		✘	Aumentar atividades do setor primário e secundário

	<i>(definido como solo rural + aglomerados rurais, inseridos em freguesias rurais, segundo Reis, 2021)</i>	Valor das atividades económicas	VAB por atividade económica	€	✘	✘	Aumentar
		Jovens agricultores	Jovens agricultores instalados (candidaturas, aprovações, execuções)	nº		✘	Aumentar
		Explorações agrícolas	Explorações agrícolas instaladas	nº	✘	✘	Aumentar
		Produção biológica	Explorações agrícolas instaladas em modelo de produção biológico	nº, ha		✘	Aumentar
		Pecuária autóctone	Efetivos pecuários de raças autóctones instalados	nº		✘	Aumentar
	Turismo	Eventos turísticos	Eventos associados: ecoturismo, feiras, festivais, entre outros	nº		✘	Aumentar
		Intensidade turística	Dormidas e hóspedes nos estabelecimentos turísticos	nº		✘	Aumentar
Conservação dos valores naturais e dos serviços dos ecossistemas	Valores naturais	Reserva ecológica	Área em REN	ha, %	✘	✘	Aumentar redes ecológicas
		Serviços de ecossistemas	Provisão de serviços	Valorização dos serviços de ecossistemas (por tipologia)	nº	✘	✘
	Corredores ecológicos		Áreas de corredores ecológicos	ha, %		✘	Aumentar
	Linhas de água e galerias ripícolas		Extensão de linhas de água e galerias ripícolas reabilitadas	m, ha		✘	Aumentar áreas de galerias ripícolas
	Reintrodução de árvores autóctones		Áreas com reintrodução de espécies arbóreas autóctones	ha		✘	Aumentar
	Sequestro de Carbono		Capacidade de sequestro de CO2	CO2/ha/ano	✘	✘	Aumentar
	Recursos florestais	Instrumentos de gestão florestal	Áreas afetas ao Regime florestal - PGF, ZIF, AIGP	ha		✘	Aumentar
Governança territorial	Articulação institucional	Compatibilização do PRGP com IGT	Avaliação qualitativa da articulação / compatibilização do Programa com IGT aplicáveis	%	✘	✘	100% de conformidade do PRGP com os IGT aplicáveis
		Envolvimento no âmbito do PRGP	Atores e organizações envolvidas	nº	✘	✘	Aumentar
		Gestão conjunta em regime florestal	Superfície de espaços florestais sob gestão conjunta	%	✘	✘	Aumentar
		Participações em encontros e em consulta pública	Número de participações registadas nos processos de consulta pública	nº	✘	✘	Aumentar
		Capacitação da população no âmbito do PRGP	Entidades/eventos criados para a capacitação da população	nº	✘	✘	Aumentar
		Redes de cooperação	Redes de cooperação estabelecidas	nº	✘	✘	Densificar
		Ações de divulgação	Ações de divulgação de informação, consulta e participação pública	nº	✘	✘	Aumentar
		Acesso à informação	Locais com informação disponível	nº	✘	✘	Aumentar

5. AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DA PROPOSTA DE PRGP

5.1. AVALIAÇÃO DE CENÁRIOS ALTERNATIVOS

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, no sentido de “detetar oportunidades e riscos, avaliar e comparar opções alternativas de desenvolvimento enquanto estas ainda se encontram em discussão”, são avaliados três cenários para a proposta de PRGP. Assim, apresenta-se nos pontos seguintes a descrição dos cenários alternativos que foram considerados, uma avaliação comparativa e a escolha do cenário considerado mais favorável, a ser adotado pelo Programa.

5.1.1. DESCRIÇÃO DOS CENÁRIOS

A proposta de PRGP-AM considera a ponderação de três cenários diferenciados (cf. Secção 4.3 do Relatório da proposta):

- 1) Cenário passivo/reactivo;
- 2) Cenário proativo alicerçado na iniciativa privada;
- 3) Cenário proativo alicerçado num quadro de governança.

O cenário ideal, que é proposto pelo PRGP-AM corresponde ao proativo alicerçado num quadro de governança partilhada, assumindo-se que, para isso, todas as ações preconizadas no Programa deverão ser concretizadas no prazo de execução estimado. Caso contrário está-se perante o cenário 2 que é alicerçado na iniciativa privada.

Sem pretensão de desenvolver uma caracterização exaustiva dos cenários alternativos referidos (cf. Secção 4.3 do Relatório da proposta), a sua descrição (Quadro 9) foi estruturada tendo em consideração importantes ações estratégicas para a escala local, com base nas quais se apresenta breves orientações chave que descrevem a evolução de temas importantes para o desenvolvimento rural, tendo por base as seguintes ações estratégicas:

- Agrícola;
- Agroindústria;
- Florestal;
- Vulnerabilidade aos incêndios;
- Ambiente e recursos naturais;
- População;
- Ordenamento rural;
- Instrumentos de desenvolvimento;
- Economia do território;
- Ocupação do solo;
- Governança;

Quadro 9 – Descrição dos cenários alternativos

		Cenários		
		1. Reativo (situação de referência)	2. Proactivo baseado na iniciativa privada	3. Proactivo baseado na Governança
Descrição	Evolução socioeconómica baseada na iniciativa privada e em políticas reativas, condicionadoras e proibitivas que surgem por impulso em função das catástrofes ou da gestão temporal dos fundos comunitários	Evolução socioeconómica baseada na iniciativa privada tendo por base políticas proactivas que incentivam a valorização dos recursos e a dinamização socioeconómica e que são planeadas para o alcance de um novo cenário de desenvolvimento territorial e paisagístico existindo uma boa articulação vertical de políticas de planeamento, ordenamento e desenvolvimento rural.	Evolução socioeconómica baseada na iniciativa privada, pública e em parcerias locais, tendo por base políticas proactivas que incentivam a valorização dos recursos e a dinamização socioeconómica e que são planeadas para o alcance de um novo cenário de desenvolvimento territorial e paisagístico existindo uma boa articulação vertical de políticas de planeamento, ordenamento e desenvolvimento rural e uma boa articulação horizontal da administração, com as entidades e atores locais, tendo em vista criar um quadro de governança territorial partilhada.	
Características	Cenário existente de insustentabilidade e que se perpetuará sem o PRGP	(Cenário + previsível) Cenário baseado numa perspetiva positiva e transformadora das condições socioeconómicas e ambientais. Mas com manutenção das limitações territoriais, em termos de infraestruturas e equipamentos de apoio ao desenvolvimento rural e com fraco quadro de governança territorial e de sustentabilidade crítica	(Cenário desejável) Cenário baseado numa perspetiva muito positiva e transformadora das condições socioeconómicas e ambientais, onde todos os recursos serão mobilizados para resolver as problemáticas e superar as limitações. Neste cenário considera-se que é fundamental a iniciativa privada, mas será construído um quadro de governança territorial capaz de superar as limitações territoriais e de infraestruturas e equipamentos de apoio ao desenvolvimento rural, garantido a sustentabilidade.	

		1. Reativo (situação de referência)	2. Proactivo baseado na iniciativa privada	3. Proactivo baseado na Governança
Ações estratégicas	Agrícola	<ul style="list-style-type: none"> • Baseado na iniciativa privada, de forma desarticulada e sem uma base estruturante que seja transformadora • Dificuldades na disponibilidade de terrenos para jovens; • Baseada no minifúndio, na dispersão de prédios e na multi-propriedade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Projetos agrícolas são desenvolvidos de forma autónoma e desarticulada 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de bolsa de terrenos, projetos de emparcelamento rural; área de desenvolvimento agrário prioritário, infraestruturização rural, aposta em fileiras ou cluster estratégicos; • Áreas complementares do sistema produtivo agrícola e silvícola. • Esta conjugação permite a criação de um sistema agro-silvopastoril, contribuindo para a produção de carne, leite e queijo, além de outros bens alimentares.
	Agroindústria	<ul style="list-style-type: none"> • Baseado na iniciativa privada, de forma desarticulada e sem uma base estruturante que seja transformadora; • Desaparecimento gradual das atividades tradicionais. 	Desenvolvimento de projetos de forma desordenada e desarticulada, em função dos recursos próprios dos investidores e dos impulsos dados pelos incentivos, gerando frequente impactes ambientais e paisagísticos.	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de parques agroindustriais, boa articulação entre o sector primário, secundário e terciário; apoio sistemático dado por um quadro institucional orientado para o apoio ao empreendedorismo.
	Florestal	<ul style="list-style-type: none"> • Monoculturas intensivas; produção florestal em minifúndio, sem gestão. 	<ul style="list-style-type: none"> • Valorização das áreas de carvalho e castanheiro, apoiando os proprietários através do pagamento pelos serviços ecossistémicos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Organização de produtores e da produção florestal, nomeadamente através de AIGP; • Valorização das áreas de carvalho e castanheiro, apoiando os proprietários através do pagamento pelos serviços ecossistémicos;
	Vulnerabilidade ao incêndio/ Regime do fogo	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão de combustíveis com o padrão atual; • A atividade silvo-pastoril mantém os níveis atuais; • Operações de fogo controlado mantem o padrão e intensidade atual; • A perigosidade de fogo rural mantém o seu padrão actual. 	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade em promover a gestão dos Mosaicos Estratégicos de Gestão de Combustível (mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis - MPGC); • Nas áreas de pastagens mais especializadas é difícil manter, sem apoio público, a produção pecuária e fomentada a agro-silvopastorícia; • O fogo é utilizado como tratamento prévio para abertura de clareiras nos matos mais densos, onde o gado tem dificuldade em penetrar. 	<ul style="list-style-type: none"> • Maior facilidade em gerir Mosaicos Estratégicos de Gestão de Combustível (mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis - MPGC); • Uma gestão pública ou comunitária ou associativa, pressupõe a existência de uma associação de proprietários ou outra forma de gestão comunitária • Maior apoio para a produção agro-silvopastoril em áreas de pastagens; • A perigosidade de incêndio poderá apresentar uma diminuição muito substancial decorrente da intervenção conjunta.

	1. Reativo (situação de referência)	2. Proactivo baseado na iniciativa privada	3. Proactivo baseado na Governança
Ambiente e recursos naturais	<ul style="list-style-type: none"> Degradação continuada dos recursos biofísicos. 	<ul style="list-style-type: none"> Valorização pontual de galerias ripícolas e do solo; Fraca capacidade e disponibilidade para preservar solos com melhor aptidão para agricultura; Queimas continuadas de bio resíduos. 	<ul style="list-style-type: none"> Valorização sistemática de galerias ripícolas e do recurso solo; Preservação dos solos com melhor aptidão agronómica, através de uma postura proactiva das entidades responsáveis, capazes de apoiar a instalação de novas culturas como elementos fundamentais para o mosaico da paisagem; Parques de bio resíduos criados de forma articulada e pensada à escala intermunicipal.
População	<ul style="list-style-type: none"> Manutenção do quadro de despovoamento acelerado e de envelhecimento populacional. 	<ul style="list-style-type: none"> Manutenção do quadro de perda populacional. 	<ul style="list-style-type: none"> Possibilidade de atração de população jovem, pela criação de possibilidades de empreendedorismo e emprego.
Ordenamento rural	<ul style="list-style-type: none"> Praticamente inexistente e muito baseado em instrumentos passivos e no condicionamento do uso do solo (RAN, REN e PDM) (Albergaria, 2006; Masseno, 1995; Pereira et al., 2000; Reis, 2021); Inexistência de políticas sistemáticas proactivas para a infraestruturação e ordenamento rural (Reis, 2021). 	<ul style="list-style-type: none"> Manutenção do cenário atual; Possibilidade de introduzir o pagamento de serviços ecossistémicos. 	<ul style="list-style-type: none"> Ocupação do solo com base na aptidão, proteção dos valores naturais com base em pagamento de serviços ecossistémicos; Estabelecimento de limites e condicionamento a novas plantações de florestais produtivas de elevada inflamabilidade; Desenvolvimento de instrumentos de infraestruturação e de ordenamento agrário; Criação de um espaço rural ordenamento, mais produtivo e com melhor qualidade paisagística, nomeadamente através de desenvolvimento de Planos de Intervenção no Espaço Rústico (PIER).
Instrumentos de desenvolvimento (apoios ao desenvolvimento, incluindo financeiros, procedimentais, de projeto e de planeamento)	<ul style="list-style-type: none"> Predomínio de instrumentos centralizados; O regime de apoios ao investimento florestal e manutenção mantém o padrão atual; Inexistência de um esquema de 	<ul style="list-style-type: none"> Instrumento centralizados com aplicação regional e desarticulado com instrumento da administração local Nas áreas abrangidas pelas ZIF e AIGP, o regime de apoios ao investimento florestal inclui apoios ao investimento e à manutenção pelo período de 20 anos, bem como a 	<ul style="list-style-type: none"> Instrumento da administração central, regional e local, em articulação; Em toda a área do PRGP o regime de apoios ao investimento florestal inclui apoios ao investimento e à manutenção pelo período de 20 anos, bem como a compensação de custos de oportunidade e a remuneração de serviços dos ecossistemas.

	1. Reativo (situação de referência)	2. Proactivo baseado na iniciativa privada	3. Proactivo baseado na Governança
<i>territorial)</i>	remuneração por serviços dos ecossistemas.	compensação de custos de oportunidade e a remuneração de serviços dos ecossistemas	
Economia do território	<ul style="list-style-type: none"> Economia do território sem alterações significativas no horizonte do programa. 	<ul style="list-style-type: none"> A economia da região poderá incorporar parcialmente os benefícios proporcionados pela remuneração dos serviços dos ecossistemas a nível da regulação e culturais; No setor do turismo, ocorrerá um aumento da oferta e da promoção de produtos turísticos com base local. 	<ul style="list-style-type: none"> A economia da região poderá incorporar parcialmente os benefícios proporcionados pela remuneração dos serviços dos ecossistemas a nível da regulação e culturais; Aumento da produção agrícola resultante do uso da irrigação e de pequenas áreas destinadas a novas culturas; No setor do turismo, ocorrerá um aumento da oferta e da promoção de produtos turísticos com base local.
Ocupação do solo	<ul style="list-style-type: none"> Manutenção da ocupação do solo atual. 	<ul style="list-style-type: none"> Dificuldade em reconverter áreas com povoamentos de eucaliptos e pinheiro-bravo em zonas com baixa aptidão, para sistemas silvopastoris com sobreiro, carvalho-português, castanheiro e zonas abertas para pastagens, apoiando os proprietários através do pagamento pelos serviços ecossistémicos; 	<ul style="list-style-type: none"> Reconversão das áreas com povoamentos de eucaliptos e pinheiro-bravo em zonas com baixa aptidão, para sistemas silvopastoris com sobreiro, carvalho-português, castanheiro e zonas abertas para pastagens, apoiando os proprietários através do pagamento pelos serviços ecossistémicos.
Governança	<ul style="list-style-type: none"> Fraca articulação vertical e horizontal inconsistente no quadro da vulnerabilidade aos incêndios (Reis & Gabriel, 2021). 	<ul style="list-style-type: none"> Possibilidade de melhorar a articulação vertical de entidades e de políticas, embora com manutenção de fracas relações horizontais; A governança promoverá novos incentivos para beneficiários efetivos promoverem as ações previstas no PRGP-AM, com monitorização e avaliação periódica de medidas. 	<ul style="list-style-type: none"> Possibilidade de criação de um quadro de governança forte sustentada em articulações consistentes ao nível vertical e horizontal; Gestão ativa do solo rústico e continuidade de dinâmicas existentes com o necessário modelo de financiamento associado a soluções de transformação e da sustentabilidade económica de continuidade; A governança é desenvolvida em cooperação e em função de objetivos, entre entidades públicas financiadoras e beneficiários efetivos, com monitorização e avaliação periódica de medidas e metas.

5.1.2. METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO

A avaliação dos cenários é feita a partir de uma análise comparativa entre as distintas evoluções. Esta avaliação assenta maioritariamente numa análise qualitativa dos seus efeitos no âmbito da sustentabilidade ambiental, tendo por base uma consideração geral dos técnicos sobre os indicadores associados a cada critério de avaliação. A análise é realizada a partir da evolução esperada dos indicadores na adoção das medidas associadas a cada uma das propostas (Reis, 2021).

A classificação atribuída a cada cenário, por cada critério de avaliação, é quantificada por meio de sinais positivos e negativos e do elemento neutro (zero) que corresponde também aos casos em que existe efeitos positivos e negativos de impacte semelhante da seguinte forma:

- + + Contribui muito para o alcance dos objetivos de sustentabilidade
- + Contribui para o alcance dos objetivos de sustentabilidade
- 0 Não contribui (mas também não conflitua) com os objetivos de sustentabilidade
- Conflitua com o alcance dos objetivos de sustentabilidade
- - Conflitua muito com o alcance dos objetivos de sustentabilidade

Esta classificação é acompanhada de uma breve orientação síntese da avaliação considerada.

Enunciam-se, depois, as medidas e recomendações a serem tidas em consideração aquando da implementação das propostas para cada FCD, seguidas por último do quadro de governança onde se apresenta o conjunto de entidades que, através das suas ações, contribuirão direta ou indiretamente para assegurar o cumprimento das medidas e recomendações.

5.2. AVALIAÇÃO COMPARATIVA DOS CENÁRIOS POR FCD

A avaliação comparativa dos três cenários é realizada por FCD, com base nos critérios de avaliação e os respetivos indicadores. Previamente a esta comparação, foi efetuada a análise da situação de referência que corresponde ao cenário dito reativo, não havendo intervenção do PRGP-AM.

Na perspetiva de desenvolvimento e implementação do PRGM-AM, pretende-se fomentar a resiliência e a adaptação do território às problemáticas, efetuando a transição necessária para uma paisagem mais heterogénea e biodiversa, com diferentes usos do solo que valorizem os recursos endógenos através de uma gestão sustentável. Com o devido alinhamento aos inúmeros instrumentos estratégicos, salientando-se a “Estratégia do Prado ao Prato”, centrada

no “Pacto Ecológico Europeu”, é possível estabelecer os cenários proativos face à situação de referência. Estes cenários foram também projetados através da síntese do diagnóstico (matriz de PLP), que revela as potencialidades da área de intervenção, criando oportunidades no sentido de se solucionarem alguns dos desafios atuais.

5.2.1. FCD1: RESILIÊNCIA AO FOGO E OUTROS RISCOS

5.2.1.1. ANÁLISE DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

Por forma a não replicar a análise concretizada na fase de diagnóstico, apresenta-se o quadro seguinte que sumariza as principais características da situação de referência tomada como cenário reativo.

Quadro 10 – FCD1: Análise do cenário reativo e orientações para o PRGM-AM

Critérios	Análise da situação atual - Cenário Reativo
Riscos e incêndios rurais <i>(ver na secção 3.5 do Diagnóstico)</i>	<ul style="list-style-type: none">• A área de intervenção do PRGP-AM é suscetível à ocorrência de incêndios, nomeadamente de grandes incêndios, correspondendo a um território com elevada perigosidade de fogo rural: mais de 50% perigosidade alta e cerca de 30% perigosidade muito alta.• Em virtude da extensa área rural, também se verifica a sua vulnerabilidade relativamente a aglomerados rurais que se encontram mais isolados e em áreas de risco elevado.• No âmbito desta estratégia, o diagnóstico revela uma proporção de área ardida considerável nos últimos anos e com tendência crescente, pelo que deve existir a projeção e a implementação de faixas de gestão de combustível que impeçam a proliferação de incêndios florestais.• A homogeneidade da paisagem florestal, de onde se destaca o eucalipto e pinheiro-bravo como ocupações predominantes, e a inadequada gestão de algumas dessas áreas florestais, têm potenciado os riscos associados, onde os atores locais e as infraestruturas de apoio podem desempenhar um papel crucial na execução eficaz de prevenção, vigilância e ação no terreno.
Uso e ocupação do solo <i>(ver na secção 3.2.3 e 3.2.4 do Diagnóstico)</i>	<ul style="list-style-type: none">• A presença de monoculturas, a intensificação florestal e, no geral, uma paisagem pouco heterogénea, tendem a condicionar a produtividade do solo e as potencialidades do território, refletindo também baixa biodiversidade local.• Floresta e Agricultura ocupam respetivamente 67.3% e 21% da área de intervenção do PRGP, verificando-se uma diminuição de 12% da última entre 1995 e 2018.

	<ul style="list-style-type: none"> • A fragmentação e o isolamento de remanescentes florestais no território afetam a conectividade da paisagem, a manutenção de importantes corredores ecológicos e a própria conservação da biodiversidade existente. • Também a ocupação por exóticas e invasoras, entre outras problemáticas descritas têm contribuído para a alteração paisagística, sendo urgente a intervenção ao nível da transformação e criação de mosaicos, entre os quais agroflorestais.
<p>Gestão dos espaços rurais (ver na secção 3.2.3 e 3.2.4 do Diagnóstico)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A perda/abandono de património rural tem vindo a intensificar-se ao longo da paisagem, sobretudo devido a uma má gestão do ordenamento do território, influenciando negativamente o setor agro-silvopastoril. • A falta de incentivos para a adequada exploração também é uma realidade, aliada ao predomínio de minifúndios que dificultam a prática agrícola na região, atentando-se procedimentos futuros favoráveis como o emparcelamento.
<p>Outros riscos naturais e alterações climáticas (ver na secção 3.2.1 e 3.2.2 do Diagnóstico)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A problemática das alterações climáticas gera efeitos na área de intervenção, maioritariamente ao nível da perda, erosão e desertificação dos solos, perspetivando-se consequentes problemas ligados ao stress hídrico, o que reforça a importância da projeção e do cumprimento de medidas mitigadoras e adaptativas.

5.2.1.2. EFEITOS AMBIENTAIS DAS AÇÕES DO PRGP-AM

Tendo por base a visão, a matriz territorial e a proposta de nova paisagem do PRGP-AM, bem como as áreas e ações estratégicas prioritárias, o quadro seguinte sintetiza os principais efeitos das ações propostas pelo PRGP (aquelas orientadas para a problemática em análise com este FCD), enquanto oportunidades de desenvolvimento, para o próprio FCD em causa.

Quadro 11 – FCD1: Efeitos ambientais das ações prioritárias

Ação	Efeitos do cenário proactivo
A01: Faixas de gestão de combustível da Rede Primária	<ul style="list-style-type: none"> • Oportunidade de salvaguarda de pessoas e bens, através da prevenção e minimização do risco de incêndio rural.
A02: Interface de Áreas Edificadas (Condomínios de Aldeia)	<ul style="list-style-type: none"> • Oportunidade de salvaguarda de pessoas e bens, através da prevenção e minimização do risco de incêndio rural
A03: Projeto de valorização dos rios Alva e Mondego e suas galerias ripícolas	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de um instrumento de valorização e manutenção dos elementos naturais presentes nas galerias ripícolas, considerando que estes devem estar, e devem ser selecionados caso necessário, devidamente adaptados às condições edafoclimáticas locais e assim que tenham uma melhor capacidade de resposta perante fenómenos naturais extremos.

A04: Execução de ações de restauro das galerias ripícolas	<ul style="list-style-type: none"> Oportunidade de selecionar elementos naturais devidamente adaptados às condições edafoclimáticas locais e assim que tenham uma melhor capacidade de resposta perante fenómenos naturais extremos
A05: Execução de ações de valorização das galerias ripícolas	<ul style="list-style-type: none"> A valorização dos potenciais serviços prestados pelos ecossistemas constituem um importante contributo para a regulação climática e o controlo dos fenómenos, como é o caso da erosão, constituem-se estratégias importantes para a vertente de adaptação às alterações climáticas
A06: Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP)	<ul style="list-style-type: none"> Oportunidade de salvaguarda de pessoas e bens, através da prevenção e minimização do risco de incêndio rural
A07: Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível	<ul style="list-style-type: none"> Contributo para a resiliência dos solos, de modo que respondam aos riscos naturais, ou mesmo fenómenos extremos resultantes das alterações climáticas.
A08: Mosaicos agroflorestais	<ul style="list-style-type: none"> Contributo para a resiliência dos solos, de modo que respondam aos riscos naturais, ou mesmo fenómenos extremos resultantes das alterações climáticas.

5.2.1.3. AVALIAÇÃO PONDERADA DOS DIFERENTES CENÁRIOS

A partir da situação de referência apresentada no quadro problema (Capítulo 3) e no relatório do diagnóstico territorial, elabora-se uma simulação teórica do que poderá ser a tendência de evolução dos critérios considerados, para além do reativo a atual, o cenário proactivo 1 (baseado na iniciativa privada) e cenário proactivo 2 (baseado no quadro de governança) (Quadro 12).

Quadro 12 – FCD1: Avaliação dos cenários estabelecidos

Crítérios	Cenário Reativo	Cenário Proativo 1	Cenário Proativo 2
Riscos e incêndios rurais	(--) Vulnerabilidade do território e tendência para ocorrência de incêndios de alta - muito alta severidade, com predomínio de medidas reativas ao incêndio ou pós incêndio e medidas mínimas de prevenção	(-) Não se prevê uma mudança de transição significativa da paisagem, baseada no predomínio da iniciativa privada, sem uma alteração estrutura do quadro de ordenamento e desenvolvimento rural.	(++) Colaboração dos intervenientes locais na gestão, prevenção, vigilância e ação, minimizando os riscos, atuando preferencialmente num quadro de prevenção e ordenamento rural que cria um cenário de fraca vulnerabilidade e resiliência aos incêndios rurais.
Uso e ocupação do solo	(--) Indevido uso do solo por espécies de elevada inflamabilidade e abandono dos campos e ocupação crescente por espécies invasoras tem	(-) Não se prevê uma mudança de significativa da paisagem, baseada no predomínio da iniciativa privada, sem uma alteração estrutura do	(++) Agilização e alinhamento dos intervenientes locais nas ações relativas aos diferentes usos do solo, promovendo uma ocupação ordenada com

	influência direta na suscetibilidade territorial	quadro de ordenamento e desenvolvimento rural.	base na aptidão do uso e atendendo à proximidade aos aglomerados rurais.
Gestão dos espaços rurais	(-) Insuficiente gestão dos espaços rurais com constante abandono, afetando o setor agroalimentar e agroflorestal	(-) Sem alteração considerável a nível privado	(++) Promoção de iniciativas, incentivos e ações prioritárias que regularizam a gestão dos espaços rurais estabelecidas pelo quadro de governança
Outros riscos naturais e alterações climáticas	(0) Inexistência de outros riscos naturais significativos	(0) Não se prevê uma alteração associada ao paradigma de transição imposto	(++) Ações concretas de mitigação e adaptação às alterações climáticas dirigidas pelo quadro de governança
Avaliação Final	(--)	(-)	(++)

5.2.1.4. MEDIDAS E RECOMENDAÇÕES

De acordo com o cenário desejável do PRGP-AM, as medidas e recomendações para este Fator Crítico, compreendem nomeadamente.

- Salvar a área de intervenção face ao risco de incêndio rural através das faixas de gestão de combustível e das zonas de descontinuidade, evitando a sua proliferação;
- Mitigar potenciais riscos que possam despoletar estes eventos;
- Garantir a transformação da paisagem proposta, de modo a aumentar a sua resiliência e adaptação ao fogo, a outros riscos naturais e às alterações climáticas;
- Desincentivar práticas desadequadas ao nível do uso e ocupação do solo, promovendo a heterogeneidade da paisagem e a criação de mosaicos, com conseqüente criação de nichos ecológicos;
- Promover ações de formação e assistência técnica para produtores agrícolas e proprietários locais;
- Reconverter áreas abandonadas em áreas agrícolas valorizadas;
- Criar incentivos para incrementar a boa gestão dos espaços rurais.

5.2.1.5. QUADRO DE GOVERNANÇA

Apresenta-se de seguida o quadro de governança referente ao FCD1 de resiliência ao fogo e outros riscos.

Quadro 13 – Quadro de governança FCD1

Entidades	Ações a realizar
DGT, ICNF, APA, CCDR Centro, DRAP Centro, AGIF, CM, Entidades gestoras das AIGP	<ul style="list-style-type: none">• Salvar a área de intervenção face ao risco de incêndio rural através das faixas de gestão de combustível e das zonas de descontinuidade, evitando a sua proliferação;• Mitigar potenciais riscos que possam despoletar estes eventos;• Garantir a transformação da paisagem proposta, de modo a aumentar a sua resiliência e adaptação ao fogo, a outros riscos naturais e às alterações climáticas;• Desincentivar práticas desadequadas ao nível do uso e ocupação do solo, promovendo a heterogeneidade da paisagem e a criação de mosaicos, com consequente criação de nichos ecológicos;• Reconverter áreas abandonadas em áreas agrícolas valorizadas.• Promover um ordenamento rural com base na aptidão do solo e na infraestruturação rural.
Associações de produtores agrícolas e florestais, CM	<ul style="list-style-type: none">• Promover ações de formação para produtores agrícolas e proprietários locais.
Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente e Ação Climática, CM	<ul style="list-style-type: none">• Criar incentivos para incrementar a boa gestão dos espaços rurais.

5.2.2. FCD2: DESENVOLVIMENTO E VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

5.2.2.1. ANÁLISE DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

No mesmo sentido, por forma a não replicar a análise concretizada na fase de diagnóstico, o quadro 13 seguinte sumariza as principais características da situação de referência tomada como cenário reativo.

Quadro 14 – FCD2: Análise do Cenário Reativo e orientações para o PRGM-AM

Critérios	Análise da situação atual - Cenário Reativo
Dinâmica populacional <i>(ver secção 3.4.1 do Diagnóstico)</i>	<ul style="list-style-type: none">• A população residente na área de intervenção é em grande proporção envelhecida, havendo a necessidade de se desenvolver o fator de atratividade local para assegurar a permanência e a ocupação por faixas etárias mais jovens, o que também se reflete na população ativa. Este envelhecimento demográfico acelerado é transversal no interior do Continente, acompanhado de perda populacional, principalmente em zonas de mais baixa densidade populacional.• A elevada proporção de alojamentos desocupados e com poucas condições nos aglomerados rurais também se verifica, pelo que deve existir alguma dinamização nesse sentido com mais incentivos que possibilitem a transição de população para o interior.
Emprego e empreendedorismo <i>(ver secção 3.4.2, 3.4.3 e 3.4.8 do Diagnóstico)</i>	<ul style="list-style-type: none">• Embora a taxa de desemprego tenha sofrido algum decréscimo recentemente, não se considera uma melhoria significativa que impacte substancialmente o desenvolvimento económico nacional, o que também é comum à região considerada.• Dado o reduzido desenvolvimento territorial, há a necessidade constante de dinamização através da criação de novas empresas, de novos postos de trabalho, da geração de ideias e capacitação da população para o empreendedorismo e eco-empreendedorismo, influenciando significativamente a economia local. Também as infraestruturas públicas de apoio à criação de emprego e os incentivos, dirigidos aos espaços rurais, são uma forte contribuição neste sentido.
Atividades económicas no espaço rural <i>(ver secção 3.4.4, 3.4.5 e 3.4.6 do Diagnóstico)</i>	<ul style="list-style-type: none">• Atentando a presença de monoculturas e de exploração agrícola maioritariamente intensiva, torna-se essencial a aposta na produção biológica, e na garantia da segurança alimentar.• Ao nível da pecuária tem-se associada uma elevada pegada ecológica, além dos inúmeros impactos ambientais que acarreta: a transformação da paisagem, a exploração intensiva, a compactação excessiva do solo, a emissão de gases com efeito de estufa, entre outros. Deste modo, são requeridas mudanças significativas que atentem a sustentabilidade, considerando raças autóctones, e uma conjugação positiva com os procedimentos agrícolas (p. ex. transição da agricultura moderna para a agricultura regenerativa, com inúmeros benefícios ambientais, económicos e sociais).

	<ul style="list-style-type: none"> • Mediante a transição necessária, são disponibilizados produtos endógenos de qualidade e a preço justo nos mercados de proximidade, enquanto também se estimulam novos interesses e novas atividades económicas, muito ligadas à agroindústria, favorecendo jovens agricultores na região.
<p>Turismo (ver secção 3.4.5 do Diagnóstico)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apesar da intensa atividade turística na região, que muito se relaciona com o ecoturismo e turismo cultural, pretende-se que se intensifique a valorização e a conservação do património natural. A par disso, têm de se desenvolver medidas de valorização do património cultural, bem como a criação de novas infraestruturas de recreio e lazer, a melhoria das já existentes infraestruturas de alojamento local e a promoção de novos eventos turísticos que assegurem maior atração turística.

5.2.2.2. EFEITOS AMBIENTAIS DAS AÇÕES DO PRGP

Tendo por base a visão, a matriz territorial e a proposta de nova paisagem do PRGP-AM, bem como as áreas e ações estratégicas prioritárias, o quadro seguinte sintetiza os principais efeitos das ações propostas pelo PRGP (aquelas orientadas para a problemática em análise com este FCD), enquanto oportunidades de desenvolvimento, para o próprio FCD em causa.

Quadro 15 – Ações proposta no PRGP e efeitos esperados

Ação	Efeitos do cenário proactivo
A09: Plano de desenvolvimento rural integrado do Alva-Mondego	<ul style="list-style-type: none"> • Oportunidade de promover o desenvolvimento integrado de vários setores rurais, orientado para a melhoria das condições económicas e sociais das comunidades.
A10: Agência de desenvolvimento e empreendedorismo rural Alva-Mondego	<ul style="list-style-type: none"> • Oportunidade para a criação de projetos de inovação e desenvolvimento de clusters de negócio com potencial socioeconómico, assim como do crescimento empresarial
A11: Estudo para a criação de uma "Área de Paisagem Protegida" de Alvoco – Açor	<ul style="list-style-type: none"> • Oportunidade para apostar no potencial do mel (abundância de urzes) e no potencial paisagístico e florístico, assim como no pagamento de serviços de ecossistemas, por exemplo créditos de carbono, abrindo oportunidades de investimento para a região.
A12: Programa de rede de ecovias do Alva-Mondego	<ul style="list-style-type: none"> • Fomento da atração turística dos aglomerados rurais com potencial para dinamizar a economia local.
A13: Plano de desenvolvimento turístico do Planalto Alva-Mondego	<ul style="list-style-type: none"> • Oportunidade para o desenvolvimento sustentável e integrado do turismo, e da sua promoção no contexto regional, nacional e internacional, reforçando os vários produtos turísticos que o território oferece, conjurando-os com novos mercados, para a captação de visitantes
A14: Plano para Infraestruturação rural do Planalto Alva-Mondego	<ul style="list-style-type: none"> • Oportunidade para dotar contextos rurais de infraestruturas, determinantes para a melhoria da capacidade produtiva da região, apoiando a estabilização das economias locais.

A15: Estudo de desenvolvimento para a valorização da Fileira do Leite e do Queijo	<ul style="list-style-type: none"> Oportunidade para o incremento da valorização da fileira do leite e do queijo Serra da Estrela, produtos da pastorícia tradicional deste território, com enorme potencial económico.
A16: Estudo de desenvolvimento para a valorização da Fileira da Pera Passa	<ul style="list-style-type: none"> Oportunidade para a valorização da Pera Passa, um produto agroalimentar tradicional com potencial de crescimento e reforço da economia regional.
A17: Agenda para a economia circular do Planalto Alva-Mondego	<ul style="list-style-type: none"> Oportunidades de aceleração e transição para a utilização mais eficiente e sustentável dos vários recursos neste território (eólicos, solar, biomassa), fomentando alternativas de consumos mais eficientes
A18: Plano de aproveitamento sustentável dos recursos energéticos	<ul style="list-style-type: none"> Oportunidade de desenvolvimento sustentável dos recursos energéticos e a conseqüente geração de riqueza e qualidade de vida da população, apostando na eficiência energética, utilização de energias renováveis (biomassa, solar e eólico)

5.2.2.3. AVALIAÇÃO PONDERADA DOS DIFERENTES CENÁRIOS

A partir da situação de referência apresentada no quadro problema (Capítulo 3) e no relatório do diagnóstico territorial, elabora-se uma simulação teórica do que poderá ser a tendência de evolução dos critérios considerados, para o cenário proactivo 1 (baseado na iniciativa privada) e cenário proactivo 2 (baseado no quadro de governança).

Quadro 16 – FCD2: Avaliação dos cenários estabelecidos

Crítérios de Avaliação	Cenário Reativo	Cenário Proativo 1	Cenário Proativo 2
Dinâmica populacional	(--) Envelhecimento demográfico acelerado aliado a perda populacional no espaço rural, com políticas de incentivos insuficientes para reverter a situação	(-) Poucos efeitos na alteração do quadro de perda e envelhecimento populacional	(++) Articulação entre intervenientes locais possibilita aumentar o fator de atratividade para a população mais jovem, com base nos incentivos de habitação, emprego e apoio ao empreendedorismo.
Emprego e empreendedorismo	(--) Situação insuficiente para a criação de novos postos de trabalho e para o crescimento económico	(+) Alguns efeitos notórios na criação de emprego e de iniciativas ligadas ao empreendedorismo por parte do setor privado	(++) A conjugação entre os setores privado e público permite desenvolver e implementar medidas ativas e inovadoras de emprego e empreendedorismo para a população jovem
Atividades económicas no	(--) As atividades da	(+) São possíveis resultados	(++) Atentando as

espaço rural	economia de base rural são muito insuficientes, nomeadamente considerando o número de jovens agricultores instalados nos últimos 10 anos.	positivos mediante uma projeção holística e sustentável com esforços contínuos no terreno, ainda que haja margem para outras potencialidades	oportunidades e o potencial crescimento no espaço rural, são estabelecidas medidas articuladas que potenciam a economia local
Turismo	(-) Insuficiente valorização do património natural e cultural, apesar de iniciativas locais que pretendem reverter o cenário de desvalorização.	(+) Alguma alteração associada ao desenvolvimento de medidas de valorização do património	(++) Efeitos positivos contrastantes derivados do desenvolvimento de medidas e iniciativas locais que reforçam a atividade turística
Avaliação Final	(--)	(+)	(++)

5.2.2.4. MEDIDAS E RECOMENDAÇÕES

De acordo com o cenário desejável do PRGP-AM, as medidas e recomendações para o FCD2 - Desenvolvimento e valorização do território são as seguintes:

- Melhorar os incentivos que facilitem a ocupação no interior, favorecendo a dinâmica populacional e a coesão territorial;
- Contribuir para a dinamização do território, da atividade turística e das atividades económicas presentes no espaço rural, dando a alavancagem económica necessária;
- Providenciar oportunidades para a realização da atividade agrícola através do aumento de área agrícola na área de intervenção, beneficiando jovens agricultores;
- Possibilitar a valorização da agricultura sustentável, da produção biológica e de práticas agropastoris ambientalmente favoráveis;
- Promover ações de formação que incentivem a economia circular e a criação de sistemas alimentares sustentáveis ao longo de toda a cadeia de valor;
- Valorizar o património natural e cultural, eliminando possíveis ações que levem à sua danificação à medida que se desenvolve o potencial de turismo de natureza e de outras atividades recreativas e culturais;

5.2.2.5. QUADRO DE GOVERNANÇA

Apresenta-se de seguida o quadro de governança referente ao FCD2 de desenvolvimento e valorização do território.

Quadro 17 – Quadro de governança FCD2

Entidades	Ações a realizar
DGADR, DRA-C, Turismo do Centro, CM, Associações locais, empresas do setor	<ul style="list-style-type: none">• Criar incentivos que facilitem a ocupação no interior, favorecendo a dinâmica populacional e a coesão territorial;• Contribuir para a dinamização do território, da atividade turística e das atividades económicas presentes no espaço rural, dando a alavancagem económica necessária;
DGT, DGADR, DRAP-C	<ul style="list-style-type: none">• Providenciar oportunidades para a realização da atividade agrícola através do aumento de área agrícola na área de intervenção, beneficiando jovens agricultores;• Possibilitar a valorização da agricultura sustentável, da produção biológica e de práticas agropastoris ambientalmente favoráveis;
DGT, DGADR, DRAP Centro, Turismo do Centro; APA, ICNF, CM, JF envolvidas, Associações de produtores agrícolas	<ul style="list-style-type: none">• Promover ações de formação que incentivem a economia circular e a criação de sistemas alimentares sustentáveis ao longo de toda a cadeia de valor;• Valorizar o património natural e cultural, eliminando possíveis ações que levem à sua danificação à medida que se desenvolve o potencial de turismo de natureza e de outras atividades recreativas e culturais;

5.2.3.FCD3: CONSERVAÇÃO DOS VALORES NATURAIS E DOS SERVIÇOS DE ECOSISTEMAS

5.2.3.1. ANÁLISE DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

No que concerne à conservação dos valores naturais e serviços de ecossistemas, apresenta-se no seguinte o quadro uma síntese das principais características da situação de referência identificada no diagnóstico territorial e que se toma como cenário reativo.

Quadro 18 – FCD3: Análise do cenário reativo e orientações para o PRGM-AM

Critérios	Análise da situação atual - Cenário Reativo
<p>Valores naturais (ver secção 3.2.3 do Diagnóstico)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A situação atual no contexto nacional é de instabilidade no que respeita às áreas em REN e RAN, uma vez que existem intenções de facilitar a edificação em RAN e não há a devida valorização natural e paisagística. Nessa perspetiva, devem ser reunidos esforços de conservação do solo, de valorização das suas propriedades e potencialidades, atentando medidas e ações eficazes no combate às alterações climáticas (p. ex. mercado voluntário de carbono).
<p>Qualidade das massas de água e quantidade disponibilidade (ver secção 3.2.2 do Diagnóstico)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Transversalmente a todo o território nacional, verifica-se um decréscimo significativo na quantidade e disponibilidade de água no sentido lato, que se encontra fortemente ligado à problemática das alterações climáticas com efeitos adversos neste âmbito que se acentuarão sem as devidas precauções. • Em simultâneo, também se denota a menor qualidade das massas de água que é proveniente de descargas ilegais, de contaminantes químicos, de poluentes com origem agrícola, de processos de eutrofização, entre outros, havendo a necessidade prioritária de restauro ecológico e de monitorização, de aposta na produção sustentável e em políticas de ordenamento rural.
<p>Biodiversidade (ver secção 3.2.3 e 3.2.5 do Diagnóstico)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • No que diz respeito à biodiversidade, existem inúmeras ameaças que influenciam diretamente a perda generalizada dos últimos anos (p. ex. espécies invasoras). Sendo Portugal um <i>hotspot</i> de biodiversidade com elevado número de endemismos, há a necessidade urgente de estabelecimento de medidas e esforços conjuntos de conservação que possam efetivamente travar este decréscimo. • Desta forma, devem ser instauradas ações de conservação de espécies e de habitats que se encontrem ameaçados, de cumprimento das políticas e ações direcionadas para habitats com regime de proteção, nomeadamente os prioritários, e de execução articulada de procedimentos de restauro ecológico e de monitorização.

<p>Serviços de ecossistemas (ver secção no Capítulo 3.2.5 do Diagnóstico)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A valorização dos serviços dos ecossistemas nem sempre foi tida em devida consideração, sendo dada como garantida, porém tem vindo a perceber-se que não há balanço económico sem se equacionar o capital natural. Esta alteração de paradigma muito se deve a esforços contínuos de consciencialização e sensibilização, acompanhados de ações de ciência-cidadã, que ainda são insuficientes. • Para tal, devem atentar-se áreas cruciais que asseguram determinados serviços dos ecossistemas na área de intervenção, os corredores ecológicos, as galerias ripícolas e os ecossistemas ribeirinhos, bem como áreas degradadas que requerem recuperação, cujas ações de restauro deverão considerar sempre espécies arbóreas e arbustivas autóctones e a sua capacidade de sequestro de carbono. Estas ações sendo desenvolvidas em terrenos privados ou comunitário devem estar associadas à aplicação do princípio do pagamento de serviços ecossistémicos.
<p>Recursos florestais (ver secção no Capítulo 3.2.4 Diagnóstico)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Os recursos florestais na área de intervenção têm sido afetados pela ocorrência de incêndios rurais nas últimas décadas, o que se relaciona com o abandono dos campos agrícolas, despovoamento rural e avanço de matos e de espécies florestais altamente combustíveis, bem como à presença de espécies invasoras e ações antropogénicas. Para que ocorra a transição exigida a nível local, devem ser desenvolvidas e implementadas medidas de controlo de espécies invasoras (p. ex. de eucaliptos e acácias) e de proteção de espécies autóctones, alinhadas com os instrumentos de gestão florestal, bem como outras ações promotoras da criação de mosaicos, nomeadamente pela via de projetos agrícolas.

5.2.3.2. EFEITOS AMBIENTAIS DAS AÇÕES DO PRGP

Tendo por base a visão, a matriz territorial e a proposta de nova paisagem do PRGP-AM, bem como as áreas e ações estratégicas prioritárias, o quadro seguinte sintetiza os principais efeitos das ações propostas pelo PRGP (aquelas orientadas para a problemática em análise com este FCD), enquanto oportunidades de desenvolvimento, para o próprio FCD em causa.

Quadro 19 – Ações proposta no PRGP e efeitos esperados FCD3

Ação	Efeitos do cenário proactivo
A03: Projeto de valorização dos rios Alva e Mondego e suas galerias ripícolas	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de um instrumento de valorização e manutenção dos elementos naturais presentes nas galerias ripícolas, devidamente adaptados às condições edafoclimáticas locais.
A08: Mosaicos agroflorestais	<ul style="list-style-type: none"> • Oportunidade para desenvolver a produção de bens e serviços proporcionados pelos ecossistemas agrícolas e florestais, maximizando as suas funções protetoras e sociais.

A09: Plano de desenvolvimento rural integrado do Alva-Mondego	<ul style="list-style-type: none"> Oportunidade de promover o desenvolvimento integrado de vários setores rurais, orientado para o respeito com os valores naturais e paisagísticos do contexto rural;
A11: Estudo para a criação de uma "Área de Paisagem Protegida" de Alvoco – Açor	<ul style="list-style-type: none"> Oportunidade para proteger e valorizar o património natural, promovendo os recursos e os produtos locais, e potenciando o turismo de natureza através da valorização e dinamização do património rural, bem como a promoção de serviços ecossistémicos.
A12: Programa de rede de ecovias do Alva-Mondego	<ul style="list-style-type: none"> Fomento da atração turística dos aglomerados rurais dando a oportunidade de os usuários contactarem com o rico património natural e paisagístico da região;
A13: Plano de desenvolvimento turístico do Planalto Alva-Mondego	<ul style="list-style-type: none"> Oportunidade para o desenvolvimento sustentável e integrado do turismo, conjugando com os elementos patrimoniais existentes, sejam naturais ou construídos.
A14: Plano para Infraestruturação rural do Planalto Alva-Mondego	<ul style="list-style-type: none"> Oportunidade para dotar contextos rurais de infraestruturas, determinantes quer para a economia local, quer para a restituição de tradicionais símbolos rurais de comunhão com a paisagem natural, como os socacos tradicionais, os sistemas de rega, bem como o ordenamento e gestão dos caminhos rurais.
A17: Agenda para a economia circular do Planalto Alva-Mondego	<ul style="list-style-type: none"> Oportunidades de aceleração e transição para a utilização mais eficiente e sustentável dos vários recursos naturais.
A18: Plano de aproveitamento sustentável dos recursos energéticos	<ul style="list-style-type: none"> Oportunidade de desenvolvimento sustentável dos recursos energéticos e a consequente geração de riqueza e qualidade de vida da população, apostando na eficiência energética, utilização de energias renováveis (biomassa, solar e eólico)

5.2.3.3. AVALIAÇÃO PONDERADA DOS DIFERENTES CENÁRIOS

À semelhança do FCD anterior, a partir da situação de referência apresentada no quadro problema (Capítulo 3) e no relatório do diagnóstico territorial, elabora-se uma simulação teórica do que poderá ser a tendência de evolução dos critérios considerados, para o cenário proactivo 1 (baseado na iniciativa privada) e cenário proactivo 2 (baseado no quadro de governança), para além do reativo atual.

Quadro 20 – FCD3: Avaliação dos cenários estabelecidos FCD3

Critérios de Avaliação	Cenário Reativo	Cenário Proactivo 1	Cenário Proactivo 2
Valores naturais	(--) Escassa valorização natural e paisagística do território que dificulta o desenvolvimento de novas políticas	(-) Melhorias geradas por estratégias delineadas no território. No entanto, decorrentes apenas da iniciativa privada serão sempre insuficientes para o alce dos objetivos das políticas	(++) Articulação pública e privada conducente à valorização necessária de recursos biofísicos e paisagísticos.

Qualidade das massas de água e disponibilidade	(-) Uso indevido e ações ilegais sem as devidas precauções e sanções continuam a afetar drasticamente a dinâmica ecológica destes sistemas	(0) Alterações positivas baseadas em medidas de restauro ecológico. Porém sem um desenvolvimento integrado de políticas de ordenamento atual, não serão suficientes para reverter o cenário atual	(++) Medidas contínuas de valorização e restauração executadas pelo quadro de governança, que ajudam a reverter a escassez hídrica e a melhorar a qualidade das massas de água.
Biodiversidade	(--) Elevado declínio que leva à extinção de povoamentos e culturas, com poucas ações e políticas que evitem esta perda	(-) Poderá existir alguma recuperação garantida por ações de ONGs e particulares. Porém, serão insuficientes para reverter o quadro de declínio e vulnerabilidade atual.	(++) Esforços e ações de conservação em conjugação com desenvolvimento territorial sustentável podem reverter a evolução de declínio atual.
Serviços de ecossistemas	(--) Insuficiência de políticas concretas remuneração e valorização dos serviços dos ecossistemas em áreas rurais	(+) A introdução de incentivos ao fornecimento de serviços ecossistémicos pode estimular o Investimento privado e contribuir para um novo modelo de desenvolvimento económico mais sustentável	(++) O alargamento dos incentivos aos serviços ecossistémicos num quadro de organização de produtores florestais e de gestão de terras comunitárias pode alargar consideravelmente o efeito previsto pelo pagamento destes serviços.
Recursos florestais	(--) Impacto negativo sobre os recursos florestais disponíveis causado por escassez de gestão e de políticas de ordenamento e fiscalização	(+) Alguma alteração benéfica com base nas ações recomendadas e do estímulo que será dado a novos povoamentos florestais sobretudo de espécies autóctones.	(++) Os recursos florestais serão geridos preferencialmente de forma agrupada e em escala relevante, por forma serem economicamente viáveis e ambientalmente sustentáveis
Avaliação Final	(--)	(0)	(++)

5.2.3.4. MEDIDAS E RECOMENDAÇÕES

De acordo com o cenário desejável do PRGP-AM, as medidas e recomendações para o FCD3 - Conservação dos valores naturais e dos serviços dos ecossistemas são as seguintes:

- Preservar os valores naturais de forma abrangente, de forma a garantir a dinâmica e a funcionalidade dos serviços dos ecossistemas;

- Monitorizar a qualidade e a quantidade das massas de água disponíveis, potenciando a constituição de galerias ripícolas e o restauro ecológico, quando necessário;
- Fomentar práticas de gestão sustentável dos recursos hídricos;
- Potenciar práticas de gestão sustentável de resíduos e valorização de biorresíduos;
- Monitorizar a valorização dos serviços dos ecossistemas identificados na área de intervenção;
- Assegurar a conservação da biodiversidade e dos corredores ecológicos existentes, contribuindo para o aumento/manutenção de efetivos populacionais;
- Promover ações de educação ambiental e campanhas de ciência-cidadã para capacitar e envolver a população em geral, nomeadamente para controlo de espécies invasoras;
- Tornar a paisagem o mais resiliente possível mediante esforços de reestruturação e de plantação de recursos florestais adaptados às problemáticas atuais e futuras;
- Executar procedimentos de gestão ativa nas áreas florestais de produção e conservação, conforme proposto pelo PRGP-AM, assegurando as ações de fiscalização.

5.2.3.5. QUADRO DE GOVERNANÇA

Apresenta-se de seguida o quadro de governança referente ao FCD3 de conservação dos valores naturais e dos serviços de ecossistemas.

Quadro 21 – Quadro de governança FCD3

Entidades	Ações a realizar
DGT, CCDR-C, APA, DRAP-C, ICNF, CM	<ul style="list-style-type: none"> • Preservar os valores naturais de forma abrangente, de forma a garantir a dinâmica e a funcionalidade dos serviços dos ecossistemas; • Monitorizar a qualidade e a quantidade das massas de água disponíveis, potenciando a constituição de galerias ripícolas e o restauro ecológico, quando necessário; • Fomentar práticas de gestão sustentável dos recursos hídricos; • Potenciar práticas de gestão sustentável de resíduos e valorização de biorresíduos; • Monitorizar a valorização dos serviços dos ecossistemas identificados na área de intervenção; • Assegurar a conservação da biodiversidade e dos corredores ecológicos existentes, contribuindo para o aumento/manutenção de efetivos populacionais; • Promover ações de educação ambiental e campanhas de ciência-cidadã para capacitar e envolver a população em geral, nomeadamente para controlo de espécies invasoras;
Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente e Ação Climática, Entidades Gestoras das AIGP, JF envolvidas, Entidades gestoras e proprietários	<ul style="list-style-type: none"> • Tornar a paisagem o mais resiliente possível mediante esforços de reestruturação e de plantação de recursos florestais adaptados às problemáticas atuais e futuras; • Executar procedimentos de gestão ativa nas áreas florestais de produção e conservação, conforme proposto pelo PRGP-AM.

5.2.4.FCD4: GOVERNANÇA TERRITORIAL

5.2.4.1. ANÁLISE DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

No quadro seguinte apresenta-se a análise da situação atual tendo por base os critérios do FCD4 de governança territorial, que neste caso são a articulação institucional e a cooperação territorial.

Quadro 22 – FCD4: Análise do cenário reativo e orientações para o PRGM-AM

Critérios	Análise da situação atual - Cenário Reativo
<p>Articulação institucional (relação vertical) <i>(ver Capítulo 2 do Diagnóstico)</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de vários IGT com orientações e diretrizes específicas para o reordenamento dos espaços florestais e para a valorização e gestão dos valores biofísicos e naturais, promovendo a resiliência do território (PNPOT, PTP, PROF-CL) • Desarticulação e afastamento entre os vários órgãos, desde os decisores até aos que executam ações no território, revelando alguma ineficácia da organização da administração pública, sobretudo a que está diretamente ligada à gestão florestal (Reis, 2021). Onde sobressai o papel quase irrelevante das juntas de freguesia no processo de desenvolvimento rural (Reis & Gabriel, 2021). • Existem limitações que derivam da organização territorial e da distribuição de competências e das políticas desenvolvidas sobre o ordenamento e desenvolvimento rural.
<p>Cooperação territorial (relação horizontal) <i>(ver secção 3.5.5 do Diagnóstico)</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de diversos agentes do território com representatividades e responsabilidades distintas • Existência de uma fraca articulação entre atores e iniciativas de cooperação e na implementação de ações de gestão territorial. • Escassez de políticas direcionadas ao fomento da governança local. • Nível de envolvimento deficitário dos proprietários e beneficiários, com os órgãos de governo municipal e local (Juntas de Freguesia) nas decisões sobre o desenvolvimento agroflorestal florestal (Reis, 2021).

5.2.4.2. EFEITOS AMBIENTAIS DAS AÇÕES DO PRGP

Tendo por base a visão, a matriz territorial e a proposta de nova paisagem do PRGP-AM, bem como o diagnóstico da situação atual, sintetizam-se os principais efeitos das ações propostas pelo PRGP (aquelas orientadas para a problemática em análise com este FCD), enquanto oportunidades de desenvolvimento, para o próprio FCD em causa.

No que concerne à governança, assume-se que a execução de todas as ações preconizadas pela proposta do PRGP-AM representa o cenário ideal para uma governança ativa e eficaz, exigindo um elevado grau de coordenação entre os diferentes atores, quer ao

nível de coordenação política como ao nível de acompanhamento da sua implementação do Programa. Em todas as ações, vários atores são chamados a participar e a intervir ativamente na execução desses planos, estudos e projetos, pelo que se reconhece de forma transversal os efeitos positivos que essas próprias ações provocam no quadro de governança que se quer implementar.

5.2.4.3. AVALIAÇÃO PONDERADA DOS DIFERENTES CENÁRIOS

Mais uma vez, com base na situação de referência apresentada no quadro problema (Capítulo 3) e no relatório do diagnóstico territorial, elabora-se uma simulação teórica do que poderá ser a tendência de evolução dos critérios considerados, para o cenário proactivo 1 (baseado na iniciativa privada) e cenário proactivo 2 (baseado no quadro de governança).

Quadro 23 – Avaliação dos CA para os cenários estabelecidos FCD4

Critérios de Avaliação	Cenário Reativo	Cenário Proactivo 1	Cenário Proactivo 2
Articulação institucional (relação vertical)	(--) Articulação insuficiente e afastamento entre as várias instituições e as políticas e ações de desenvolvimento rural, onde sobressai o papel quase irrelevante das Juntas de Freguesia	(-) Manutenção do cenário existente, apesar dos efeitos benéficos previstos pelos novos instrumentos de transformação da paisagem, nomeadamente AIGP	(++) Articulação e compatibilização das orientações estabelecidas por vários órgãos da administração e instrumentos de desenvolvimento e gestão territorial, com descentralização e desconcentração de recursos e competências para as Juntas de Freguesia dos aglomerados rurais
Cooperação territorial (relação horizontal)	(-) Escassez de cultura e de iniciativas de cooperação entre atores e de políticas direcionadas para a governança territorial local	(0) Manutenção do quadro atual apesar dos benefícios dos novos instrumentos de ordenamento e gestão florestal derivados dos PRGP e AIGP	(++) Participação ativa de entidades com responsabilidade na gestão florestal e no desenvolvimento municipal e rural
Avaliação Final	(--)	(-)	(++)

5.2.4.3 MEDIDAS E RECOMENDAÇÕES

As medidas e recomendações apresentadas para o FCD4 de Governança Territorial são:

- Proceder a uma descentralização de competência nos domínios do desenvolvimento rural para as autarquias locais.
- Proceder a uma desconcentração de competência da administração central para a área do Planalto Alva-Mondego, nos domínios do desenvolvimento e ordenamento rural (sobretudo DRAP, ICNF e DGT) (Reis, 2021).
 - Proceder a uma descentralização de competência dos municípios e desconcentração de recursos e meios para as freguesias inseridas em aglomerados rurais (Reis, 2021)
- Garantir que a Proposta de PRGP-AM está em conformidade e é compatível com os outros IGT aplicáveis na área de intervenção;
- Integrar as orientações e diretrizes do PRGP-AM nos PDM;
- Estabelecer parcerias através de redes colaborativas com diferentes agentes para implementar as ações do Programa;
- Oferecer formações em áreas técnicas necessárias para a implementação das ações do PRGP AM, como silvopastorícia, gestão cinegética, gestão de incêndios e candidaturas a financiamentos;
- Promover ações de formação sobre as atividades de reconversão e gestão da paisagem previstas no PRGP AM, direcionadas aos proprietários e outros agentes do território.

5.2.2.4 QUADRO DE GOVERNANÇA

Apresenta-se no seguinte quadro as ações a realizar pelas entidades que integram o quadro de governança, referente ao FCD4

Quadro 24 – Quadro de governança FCD4

Entidades	Ações a desenvolver
DGT, CCDR Centro, APA, DRAP Centro, CM	<ul style="list-style-type: none"> • Verificar se a Proposta de PRGP-AM está em conformidade e é compatível com os outros IGT aplicáveis na área de intervenção; • Integrar as orientações e diretrizes do PRGP AM nos PDM; • Estabelecer parcerias através de redes colaborativas com diferentes agentes para implementar as ações do Programa;
DGT, DGADR, DRAP-C, ICNF, CIM-RG, CM, JF envolvidas, Entidades gestoras e proprietários	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer parcerias através de redes colaborativas com diferentes agentes para implementar as ações do Programa; • Oferecer formações em áreas técnicas necessárias para a implementação das ações do PRGP AM, como silvopastorícia, gestão cinegética, gestão de incêndios e candidaturas a financiamentos; • Promover ações de formação sobre as atividades de reconversão e gestão da paisagem previstas no PRGP AM, direcionadas aos proprietários e outros agentes do território.

6. SÍNTESE DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL

6.1. SÍNTESE DAS TENDÊNCIAS E IMPACTES

Apresenta-se no quadro seguinte uma sistematização da AAE da proposta do PRGP-AM, de onde se conclui a importância do cenário proativo alicerçado num quadro de governança para a melhor prossecução da visão, missão e objetivos estratégicos apresentados no Programa. Isto significa que é fundamental fazer convergir políticas e interesses de diversas entidades, públicas e privadas, organizações empresariais, associações e proprietários locais, na construção de uma plataforma de entendimento e de diálogo constante sobre a operacionalização das áreas e ações prioritárias estabelecidas no PRGP.

Em resumo, pode-se concluir que a aplicação do PRGP-AM fundamentalmente baseada na manutenção do quadro de investimentos privados, sem uma alteração de políticas direcionadas ao ordenamento e desenvolvimento rural e do quadro de governança territorial, pode resultar numa benefício pouco significativo para os objetivos de transformação da paisagem, da diminuição da vulnerabilidade aos incêndios e do alcance do desenvolvimento sustentável, para a área do Planalto do Alva Mondego, que o PRGP-AM procura alcançar.

Quadro 25 – Sistematização da AAE da proposta do PRGP-AM

Fatores Críticos	Critérios	Cenário Reativo	Cenário Proativo alicerçado na iniciativa privada	Cenário Proativo alicerçado num quadro de governança
Resiliência ao fogo e outros riscos	Riscos e incêndios rurais	(--)	(-)	(++)
	Uso e ocupação do solo	(--)	(-)	(++)
	Gestão dos espaços rurais	(-)	(-)	(++)
	Outros riscos naturais e alterações climáticas	(0)	(0)	(++)
Desenvolvimento e valorização do território	Dinâmica populacional	(--)	(-)	(++)
	Emprego e empreendedorismo	(--)	(+)	(++)
	Atividades económicas no espaço rural	(--)	(+)	(++)
	Turismo	(-)	(+)	(++)
Conservação dos valores naturais e dos serviços dos	Valores naturais	(--)	(-)	(++)
	Qualidade das massas de água e disponibilidade	(--)	(0)	(++)

ecossistemas	Biodiversidade	(--)	(-)	(++)
	Serviços de ecossistemas	(--)	(+)	(++)
	Recursos florestais	(--)	(+)	(++)
Governança	Articulação institucional	(--)	(-)	(++)
	Cooperação territorial	(-)	(0)	(++)
Média		(--)	(0)	(++)

6.2. SÍNTESE DOS ASPETOS POSITIVOS E NEGATIVOS

Da avaliação das orientações estratégicas do PRGP-AM assim como das ações prioritárias, outras complementares e diretrizes de planeamento e gestão da proposta Programa, identifica-se alguns dos principais efeitos positivos da sua implementação, por fator crítico de decisão.

Quadro 26 – Sistematização dos efeitos positivos da proposta do PRGP-AM, baseada no fomento de um quadro de governança partilhada

Resiliência ao fogo e outros riscos	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da resiliência do território ao fogo (risco de incêndio rural); • Regulação dos ciclos hidrológicos e da qualidade da água • Conservação e restauro do solo, consolidação das áreas florestais • Contributo para o combate à desertificação associada à gradual de perda de produtividade do solo e de diminuição da cobertura vegetal • Valorização dos potenciais serviços prestados pelos ecossistemas; • Minimizar risco de incêndio rural com a concretização efetiva do PRGP • Proteger vias de comunicação, infraestruturas, equipamentos e zonas edificadas
Desenvolvimento e valorização do território	<ul style="list-style-type: none"> • Recuperação, valorização e manutenção dos serviços dos ecossistemas associados às galerias ripícolas, com melhoria dos recursos de base associados à economia rural, à atratividade do território em termos paisagísticos e de lazer • Promoção da criação/aplicação de apoios financeiros pela promoção da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas • Fomento do associativismo florestal e do agrupamento dos produtores em Zonas de Intervenção Florestal, potenciadoras de uma gestão conjunta dos territórios com ganhos de escala e de rentabilidade • Incentivo ao agrupamento de proprietários florestais para uma gestão conjunta dos espaços florestais
Conservação dos valores naturais e dos serviços dos ecossistemas	<ul style="list-style-type: none"> • Oportunidade de promoção das atividades agrícolas, agropastoris e as pastagens naturais, valorizando a agricultura sustentável, de produção biológica e de conservação • Oportunidade de valorização do capital natural e cultural, garantindo o incremento da biodiversidade, a proteção e regeneração dos recursos solo

	<ul style="list-style-type: none">• Minimização e eliminação de situações ou atividades que contribuem para a degradação do património natural existente• Preservação das galerias ripícolas e das áreas naturais de alto valor de conservação, dado o seu papel crucial na preservação da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas• Plantação de florestas multifuncionais e biodiversas, com espécies resilientes ao fogo e compatíveis com os cenários de alterações climáticas• Promoção de práticas de gestão promotoras da biodiversidade• Promoção o uso eficiente da água e do solo• Produção de bens e serviços proporcionados pelos ecossistemas florestais• Garantia de maior equilíbrio ambiental do solo, aumentando a sua fertilidade• Aumento do povoamento florestal com espécies autóctones• Contributo para o planeamento e ordenamento dos espaços florestais• Valorização económica e social do património natural e da paisagem, de forma ambientalmente sustentável• Potencial aumento de sequestro de carbono do solo• Aproveitamento energético da biomassa• Majoração dos apoios sempre que forem implementadas medidas promotoras da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas, bem como compensar os proprietários pela provisão de serviços de ecossistemas em valor coincidente com as práticas implementadas• Garantia da monitorização do Sistema Integrado de Fogos Rurais• Contributo para o incremento do diálogo e da cooperação entre os vários intervenientes e entidades gestoras de ZIF, AIGP e proprietários, com vista à boa governação• Contributo para a dinamização da atividade agrícola• Reconversão de áreas abandonadas em áreas agrícolas
Governança territorial	<ul style="list-style-type: none">• Melhor articulação vertical de políticas e da articulação entre instituições da administração• Fomento da participação ativa de entidades com responsabilidade na gestão florestal e no desenvolvimento municipal e rural

7. PROGRAMA DE SEGUIMENTO E MONITORIZAÇÃO

O Programa de Seguimento visa definir as bases de suporte ao acompanhamento da AAE no que respeita aos efeitos ambientais, sociais e económicos no território, decorrentes da implementação do PRGP-AM

Este acompanhamento será efetuado com recurso a um conjunto de indicadores qualitativos e quantitativos que irão suportar a avaliação dos efeitos dessa implementação.

7.1. ENTIDADES A ENVOLVER NA AAE

O modelo de governança proposto para a AAE tem como referencial um importante conjunto de entidades cujas competências permitirão dar o devido acompanhamento da implementação do PRGP-AM e ao mesmo tempo fazer cumprir as medidas ambientais.

Quadro 27 – Entidades envolvidas no modelo de governança e a envolver na AAE

Entidades	Competências	AAE
Direção Geral do Território (DGT)	<ul style="list-style-type: none"> Implementar o PRGP-AM. Desenvolver a fase de monitorização do Programa e da AAE Cumprir ou fazer cumprir as medidas presentes na Declaração Ambiental da AAE. Promover as ações do Plano de Ação da sua responsabilidade. Fomentar e apoiar os processos de governança e participação pública. Desempenhar as respetivas funções no modelo de governança. Manter atualizadas as políticas de ordenamento do território e de desenvolvimento regional. 	✘
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF, I.P.)	<ul style="list-style-type: none"> Atualizar as orientações estratégicas com incidência na conservação da natureza e das florestas e a respetiva informação de referência. Promover as ações do Plano de Ação da sua responsabilidade. Implementar e monitorizar algumas das recomendações da AAE. Fomentar e apoiar os processos de governança e participação pública. Desempenhar as respetivas funções no modelo de governança. Acompanhar e fornecer dados para a fase de monitorização do PRGP. 	✘
Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA, I.P.)	<ul style="list-style-type: none"> Manter atualizados os diagnósticos, objetivos e metas ambientais a diferentes prazos em diversos domínios, particularmente no domínio dos recursos hídricos, entre outros. Promover as ações do Plano de Ação da sua responsabilidade. Desempenhar as respetivas funções no modelo de governança. 	✘
Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I.P. (AGIF, I.P.)	<ul style="list-style-type: none"> Manter atualizadas as orientações estratégicas, informação de base e políticas com incidência na gestão da perigosidade e riscos de incêndios rurais. Acompanhar algumas das recomendações da AAE. Apoiar os processos de governança e participação pública. Desempenhar as respetivas funções no modelo de governança. Acompanhar e fornecer dados para a fase de monitorização do PRGP. 	✘
Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC)	<ul style="list-style-type: none"> Manter atualizadas as orientações estratégicas, informação de base e políticas com incidência na gestão de riscos e de emergência e proteção civil. Acompanhar algumas das recomendações da AAE. 	✘

Entidades	Competências	AAE
	<ul style="list-style-type: none"> Apoiar os processos de governança e participação pública. Desempenhar as respetivas funções no modelo de governança. Acompanhar e fornecer dados para a fase de monitorização do PRGP. 	
Direção Regional da Agricultura e Pescas do Centro (DRAP-C)	<ul style="list-style-type: none"> Manter atualizados os diagnósticos, objetivos e metas no domínio da agricultura e pescas. Promover as ações do Plano de Ação da sua responsabilidade. Implementar e acompanhar algumas das recomendações da AAE. Desempenhar as respetivas funções no modelo de governança. Acompanhar e fornecer dados para a fase de monitorização do PRGP. 	✘
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR-C)	<ul style="list-style-type: none"> Manter atualizadas e monitorizar a implementação e articulação das políticas e instrumentos de ordenamento do território e gestão territorial e de desenvolvimento regional. Promover as ações do Plano de Ação da sua responsabilidade. Apoiar os processos de governança e participação pública. Acompanhar e fornecer dados para a fase de monitorização do PRGP. 	✘
Entidade Regional de Turismo do Centro (ERTC)	<ul style="list-style-type: none"> Manter atualizados os diagnósticos, objetivos e metas no domínio do turismo. Promover as ações do Plano de Ação da sua responsabilidade. Implementar e acompanhar algumas das recomendações da AAE. Desempenhar as respetivas funções no modelo de governança. Acompanhar e fornecer dados para a fase de monitorização do PRGP. 	✘
Direção Geral do Património Cultural (DGPC)	<ul style="list-style-type: none"> Manter atualizados os diagnósticos, objetivos e metas no domínio do património natural e cultural. Promover as ações do Plano de Ação da sua responsabilidade. Implementar e acompanhar algumas das recomendações da AAE. Desempenhar as respetivas funções no modelo de governança. Acompanhar e fornecer dados para a fase de monitorização do PRGP. 	✘
Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC)	<ul style="list-style-type: none"> Contribuir para os diagnósticos e estratégias de desenvolvimento regional. Promover as ações do Plano de Ação da sua responsabilidade. Implementar e acompanhar algumas das recomendações da AAE. Desempenhar as respetivas funções no modelo de governança. Acompanhar e fornecer dados para a fase de monitorização do PRGP. 	✘
Autarquias locais (Municípios e Juntas de Freguesia)	<ul style="list-style-type: none"> Implementar à escala municipal e local as políticas de ordenamento do território e de desenvolvimento regional. Promover as ações do Plano de Ação da sua responsabilidade. Desempenhar as respetivas funções no modelo de governança. Acompanhar e fornecer dados para a fase de monitorização do PRGP. 	✘
Entidades gestoras de ZIF e AIGP; Organizações de produtores agrícolas e florestais; Proprietários agrícolas e florestais; Privados; Público em geral	<ul style="list-style-type: none"> Adotar práticas quotidianas de proteção e valorização ambiental. Adotar práticas exigidas por lei relativamente às faixas de gestão de combustíveis. Implementar e promover as ações do Plano de Ação da sua responsabilidade. Contribuir para o alcance das metas estabelecidas. Participar ativamente nos processos Consulta Pública, de modo a fundamentar as decisões tomadas. 	
Organizações Não Governamentais (ONG)	<ul style="list-style-type: none"> Promover a informação, cooperação e participação cívica; Incentivar o debate e a análise crítica das intervenções a implementar; Fomentar e apoiar os processos de governança e participação pública Apoiar as atividades de proteção dos valores naturais na área de intervenção; 	

Entidades	Competências	AAE
	<ul style="list-style-type: none">• Acompanhar e fornecer dados para a fase de monitorização do PRGP.• Fomentar o intercâmbio de informações e experiências com as entidades públicas e privadas.	

7.2. MONITORIZAÇÃO TERRITORIAL

O modelo de monitorização sectorial e territorial estrutura-se num conjunto de indicadores, tal como enunciado no subcapítulo 4.5, que permitem avaliar a evolução das incidências sectoriais e territoriais associadas a cada um dos fatores. Este modelo encontra-se articulado com a proposta de indicadores para a monitorização do PRGP-AM, uma vez que é este o instrumento que será alvo de acompanhamento e ao qual competirá garantir a eficiência e eficácia necessária para o alcance dos objetivos propostos.

Quadro 28 – Indicadores de avaliação e monitorização ambiental propostos

FCD	Critérios	Indicadores						
		Designação	Cálculo	Unidade	Fonte	Meta	Periodicidade	
Resiliência ao fogo e outros riscos	Riscos e incêndios rurais	Ocorrências de incêndios	Variação do número de ocorrências	ha, %	CM, ICNF, OD	Diminuir	Anual	
		Área ardida	Área ardida em povoamentos florestais	ha, %	CM, ICNF, OD	Diminuir	Anual	
		Grandes incêndios	Área afetada por fogos superiores a 500ha	%	CM, ICNF, OD	Reduzir em 75% da área afetada por fogos superiores a 500 ha	Anual	
		Perigosidade de incêndio	Área florestal com perigosidade elevada e muito elevada	ha, %	CM, ICNF, OD	Reduzir em 25% a área classificada como alta e muito alta perigosidade de incêndio	Anual	
		Vulnerabilidade de aglomerados isolados	Número de aglomerados isolados vulneráveis em áreas de risco elevado	nº	OD	Diminuir	Anual	
		Infraestruturas de apoio	Número de infraestruturas de apoio a incêndios e outros riscos	nº	CM, OD	Aumentar	Anual	
	Uso e ocupação do solo	Floresta reconvertida	Área de floresta reconvertida	ha	CM, ICNF	Aumentar	Trienal	
		Mosaicos agrícolas revitalizados	Área de mosaicos agrícolas revitalizados	ha	CM, ICNF	Aumentar	Trienal	
		Descontinuidades no território	Área de descontinuidades no território (incluir faixas e outras áreas)	ha	CM, OD	Aumentar	Trienal	
		Área ardida reabilitada/recuperada	Área ardida recuperada	ha	CM, ICNF, OD	Aumentar	Anual	
	Gestão dos espaços rurais	Emparcelamento	Áreas emparceladas	ha		Aumentar	Trienal	
		Infraestruturas públicas	Infraestruturas públicas rurais - p. ex. regadios (evolução e eficácia)	nº	OD	Aumentar	Anual	
		Cadastro rústico	Área de cadastro rústico atualizado	ha, %	CM, DGT	Atingir 100 % até 2026 (PRR)	Anual	
	Outros riscos naturais e alterações climáticas	Erosão dos solos	Área com elevado risco de erosão dos solos	ha, %	CM, OD	Diminuir	Trienal	
		Escoamentos	Ações de controlo de escoamentos	Nº	CM, OD	Aumentar	Anual	
		Seca e desertificação	Área vulnerável por risco de seca e desertificação	ha, %	CM, OD	Diminuir	Trienal	
	Desenvolvimento e valorização do território	Dinâmica populacional	População residente	Variação da população residente	nº	INE	Aumentar	Anual
			Alojamentos desocupados	Alojamentos desocupados nos aglomerados rurais, por tipologia	nº	INE, OD	Diminuir	Anual
Envelhecimento			Índice de envelhecimento	nº	INE	Diminuir	Anual	
População ativa			População ativa	nº	INE	Aumentar	Anual	
Emprego e empreendedorismo		Formação profissional	Cursos de atividades profissionais ligados à agricultura, floresta e indústria	Nº	OD	Aumentar	Anual	

		Criação de emprego	População empregada por setor de atividade económica, por grupo etário	nº	INE	Aumentar população empregada no setor primário e secundário	Anual
		Infraestruturas públicas de apoio ao empreendedorismo	Infraestruturas públicas para criação de emprego - parques empresariais, organizações associativas e incubadoras de <i>startups</i>	nº	INE, CM, OD	Aumentar	Anual
		Apoios financiados aos espaços rurais	Volume dos apoios financiados ao empreendedorismo rural, total e por tipologia	€	INE	Aumentar	Anual
	Atividades económicas no espaço rural <i>(definido como solo rural + aglomerados rurais, inseridos em freguesias rurais, segundo Reis, 2021)</i>	Diversificação das atividades económica	Empresas por atividade económica, por subclasse do CAE	nº	INE	Aumentar atividades do setor primário e secundário	Anual
		Valor das atividades económicas	VAB por atividade económica	€	INE	Aumentar	Anual
		Jovens agricultores	Jovens agricultores instalados (candidaturas, aprovações, execuções)	nº	PDR, IFAP	Aumentar	Trienal
		Explorações agrícolas	Explorações agrícolas instaladas	nº	INE, OD	Aumentar	Trienal
		Produção biológica	Explorações agrícolas instaladas em modelo de produção biológico	nº, ha	CM, OD	Aumentar	Anual
		Pecuária autóctone	Efetivos pecuários de raças autóctones instalados	nº	CM, OD	Aumentar	Trienal
		Mercados de proximidade	Número de mercados locais (com venda de produtos endógenos)	nº	CM, OD	Aumentar	Trienal
		Produtos de qualidade	Produtos de qualidade - IGP, DOP, DOC	nº	DGADR	Aumentar	Trienal
	Turismo	Recreio e lazer	Infraestruturas de recreio e lazer em espaço rural	nº, ha	CM, OD	Aumentar	Anual
		Eventos turísticos	Eventos associados: ecoturismo, feiras, festivais, entre outros	nº	CM	Aumentar	Anual
		Alojamento local	Tipologias e capacidade dos alojamentos locais	nº	INE	Aumentar capacidade de alojamento	Anual
		Intensidade turística	Dormidas e hóspedes nos estabelecimentos turísticos	nº	INE	Aumentar	Anual
Percursos pedonais		Comprimentos dos percursos pedonais	km	CM, OD	Aumentar	Anual	
Património cultural valorizado		Iniciativas de valorização do património cultural, total e por tipologia	nº	CM, OD	Aumentar	Anual	
Conservação dos valores naturais e dos serviços dos ecossistemas	Valores naturais	Reserva ecológica	Área em REN	ha, %	CM, OD	Aumentar redes ecológicas	Bianual
		Reserva agrícola	Área em RAN	ha, %	CM, OD	Aumentar áreas de atividade agrícola	Bianual
		Valor natural e paisagístico	Áreas com valor natural e paisagístico	ha, %	CM, OD	Aumentar	Bianual
	Qualidade das massas de água e sua disponibilidade	Água superficial	Estado das massas de água superficiais, por classe de estado	%	APA, OD	100% Bom ou superior	Anual
		Água para rega	Disponibilização para efeitos de rega, p. ex.	m ³ , %	APA	Aumentar	Anual

		Água subterrânea	Estado das massas de água subterrâneas, por classe de estado	%	APA	100% Bom ou superior	Anual	
	Serviços de ecossistemas	Provisão de serviços	Valorização dos serviços de ecossistemas (por tipologia)	nº	CM, ICNF, OD	Aumentar	Anual	
		Corredores ecológicos	Áreas de corredores ecológicos	ha, %	ICNF, CM, OD	Aumentar	Anual	
		Linhas de água e galerias ripícolas	Extensão de linhas de água e galerias ripícolas reabilitadas	m, ha	CM, OD	Aumentar áreas de galerias ripícolas	Anual	
		Reconversão de áreas degradadas	Área abrangida por projetos de recuperação/reconversão de áreas degradadas	ha	CM, ICNF, OD	Aumentar	Anual	
		Reintrodução de árvores autóctones	Áreas com reintrodução de espécies arbóreas autóctones	ha	CM, ICNF, OD	Aumentar	Anual	
		Reintrodução de floresta ripícola	Áreas com reintrodução de floresta ripícola	ha	CM, ICNF, OD	Aumentar	Anual	
		Sequestro de Carbono	Capacidade de sequestro de CO2	CO2/ha/ano		Aumentar	Trienal	
	Recursos florestais	Instrumentos de gestão florestal	Áreas afetas ao Regime florestal - PGF, ZIF, AIGP	ha	CM, DGT, ICNF	Aumentar	Anual	
		Povoamentos	Área de povoamentos florestais, por tipologia	ha	CM, ICNF, OD	Aumentar povoamentos de espécies autóctones	Anual	
		Controlo de espécies invasoras	Medidas de controlo de monoculturas de espécies invasoras	nº	CM	Diminuir	Anual	
		Proteção de espécies autóctones	Medidas de proteção de espécies florestais autóctones	nº	CM	Aumentar	Anual	
	Governança territorial	Articulação institucional	Compatibilização do PRGP com IGT	Avaliação qualitativa da articulação / compatibilização do Programa com IGT aplicáveis	%	PRGP-AM, CM	100%	Anual
			Envolvimento no âmbito do PRGP	Atores e organizações envolvidas	nº	PRGP-AM, CM	Aumentar	Anual
Gestão conjunta em regime florestal			Superfície de espaços florestais sob gestão conjunta	%	PRGP-AM, CM	Aumentar	Anual	
Participações em encontros e em consulta pública			Número de participações registadas nos processos de consulta pública	nº	PRGP-AM, CM	Aumentar	Anual	
Capacitação da população no âmbito do PRGP			Entidades/eventos criados para a capacitação da população	nº	PRGP-AM, CM	Aumentar	Anual	
Redes de cooperação			Redes de cooperação estabelecidas	nº	PRGP-AM, CM	Densificar	Anual	
Ações de divulgação			Ações de divulgação de informação, consulta e participação pública	nº	PRGP-AM, CM	Aumentar	Anual	
Acesso à informação			Locais com informação disponível	nº	PRGP-AM, CM	Aumentar	Anual	

8. NOTAS FINAIS

A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da proposta do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem do Alva e Mondego (PRGP-AM) revela a importância de este ser desenvolvido através de um cenário proactivo apoiado por uma estrutura de governança para alcançar os seus objetivos estratégicos estabelecidos para o programa.

Para isso será fundamental convergir políticas e interesses de várias entidades públicas e privadas, organizações empresariais, associações e proprietários locais para construir uma plataforma de entendimento e diálogo constante sobre a implementação das áreas e ações prioritárias estabelecidas no PRGP e para do estabelecimento de outras medidas sectoriais e integradas direcionadas ao ordenamento e desenvolvimento rural, propostas pelo Programa.

Pelo contrário, verifica-se que a aplicação do PRGP-AM, baseada principalmente na manutenção dos investimentos privados, sem uma alteração significativa no atual quadro de ordenamento rural e governança territorial pode resultar em benefícios pouco significativos para os objetivos de transformação da paisagem, redução da vulnerabilidade aos incêndios e alcance do desenvolvimento sustentável na área do Planalto do Alva Mondego, que o programa procura alcançar. Facto que é traduzido pela avaliação negativa ou insignificativa dos critérios e indicadores associados aos FCD: Resiliência ao fogo e outros riscos; FCD3: Conservação dos valores naturais e dos serviços de ecossistemas e 5.2.4.FCD4: Governança territorial, associados a este cenário.

A AAE identifica vários aspetos positivos que poderão resultar da implementação do PRGP-AM. Entre os efeitos positivos estão o aumento da resiliência ao fogo e outros riscos, a regulação dos ciclos hidrológicos e da qualidade da água, a conservação e o restauro do solo, a contribuição para o combate à desertificação, a valorização dos serviços ecossistémicos e a proteção de infraestruturas e áreas edificadas. Além disso, destaca-se o desenvolvimento e valorização do território, a conservação dos valores naturais e a governança territorial através da melhor articulação entre políticas, instituições e atores interessados no desenvolvimento rural.

A monitorização territorial é realizada por meio de um modelo de indicadores que permite avaliar a evolução das incidências setoriais e territoriais relacionadas a cada um dos fatores. Esse modelo está alinhado com a proposta de indicadores para a monitorização do PRGP-AM, que é o instrumento responsável por garantir a eficiência e eficácia necessárias para alcançar os objetivos propostos.

Em suma, a implementação do PRGP-AM, com um cenário proativo e uma governança eficaz, tem o potencial de reduzir a vulnerabilidade aos incêndios e promover a transformação

da paisagem no Planalto do Alva Mondego, abrangendo os municípios de Arganil, Oliveira do Hospital e Tábua. No entanto, para isso é necessário considerar cuidadosamente as políticas, interesses e ações prioritárias para obter resultados significativos em termos de desenvolvimento sustentável e alcance dos objetivos propostos.

9. BIBLIOGRAFIA

- Albergaria, C. A. S. de. (2006). *Um olhar crítico sobre o conceito e a prática da Reserva Ecológica Nacional*. FE/UP.
- COBA/PROCESL. (2007). *Relatório Abiental do Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroeléctrico (PNBEPH)*. IA.IP/DREG/REN.
- DGOTDU. (2008). *Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território* (M. J. Botelho & A. Cunha (coord) (eds.)). DGOTDU.
- Masseno, M. D. (1995). Da afectação de terrenos agrícolas no Direito português : a Reserva Agrícola Nacional. *Revista Jurídica do Urbanismo e do Ambiente*, 4, 1–17.
- Partidário, M. do R. (2003). *Avaliação Ambiental Estratégica - prática existente, procura futura e necessidade de capacitação. Manual de apoio aos curso de formação*.
- Partidário, M. do R. (2006). *Conceptos , evolución y perspectivas de la Evaluación Ambiental Estratégica. 1994*.
- Partidário, M. do R. (2007a). *Avaliação Ambiental Estratégica Metodologia de AAE*. 1–12.
- Partidário, M. do R. (2007b). *Guia de boas práticas para Avaliação Ambiental Estratégica - orientações metodológicas*. APA.
- Partidário, M. do R. (2012). *Strategic Environmental Assessment: better practice guide - methodological guidance for strategic thinking in SEA*. APA/REN.
- Partidário, M. do R. (2018). Avaliação Ambiental Estratégica. Em J. Ferrão & J. Paixão (Eds.), *Metodologias de Avaliação de Políticas Públicas* (pp. 383–410). Universidade de Lisboa.
- Pereira, A. R., Ramos, C., & Laranjeira, M. (2000). A Reserva Ecológica Nacional (REN): sua importância para o ambiente e ordenamento do território. *Finisterra*, 35(70), 7–40.
- Reis, P. (2021). *Desenvolvimento rural e planeamento: o caso de Alter do Chão. Tese de doutoramento entregue para revisão, não publicada*. IGOT/ Universidade de Lisboa.
- Reis, P. (coord). (2010). *Relatório de Avaliação Ambiental no âmbito da alteração «parcial» ao Plano Director Municipal de Ourém para o sítio de Pias Longas, policopiado (PMOTO/ECOSSISTEMAS (ed.))*.
- Reis, P. (coord), & Albino, V. (2011). *Proposta de definição do âmbito da avaliação ambiental no âmbito do Programa de Acção Territorial para a formação do Nucleo de Desenvolvimento Turístico da Quinta do Rogel, policopiado (GeoXXI (ed.))*.
- Reis, P. (coord), Oliveira, A., & Albino, V. (2010). *Relatório de qualificação para eventual avaliação ambiental da alteração «parcial» do Plano Director Municipal de Ourém*,

policopiado (PMOTO/CMO (ed.)). Câmara Municipal de Ourém.

Reis, P. (coord), Santos, P., Carvalho, L., & Leitão, M. (2008). *Relatório de Avaliação Ambiental Estratégica para a alteração ao Plano Director Municipal De Silves (zona poente de alcantarilha e sítio do Escolar em São Bartolomeu de Messines)*, *policopiado* (CMS (ed.)).

Reis, P., & Gabriel, L. (2021). As cartas de risco de incêndio florestal e os efeitos no ordenamento do espaço rural: Reflexões a partir do caso de estudo do município de Tomar. Em F. P. Oliveira, J. de Carvalho, & J. F. Bento (Eds.), *Descentralização e Ordenamento do Território Atas do encontro anual da AD URBEM* (pp. 193–210). Almedina.

10. ANEXOS

QUADRO DE ARTICULAÇÃO DO PRGP COM OS IGT

Quadro de articulação do PRGP com os IGT

Orientações / Objetivos	Metas	Articulação com PRGP
Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável		
<p>Plano de ação de Desenvolvimento Sustentável, centrado nas pessoas, no planeta, na prosperidade, na paz e nas parcerias (5P), que contempla:</p> <ul style="list-style-type: none"> Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos; Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos; Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis; Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade; Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável; Reforçar os meios de implementação e revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável. 	<p>Até <u>2030</u>:</p> <ul style="list-style-type: none"> Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados com o clima; Combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradados; Elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que cria emprego e promove a cultura e os produtos locais; Reduzir para metade o desperdício de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo os que ocorrem pós-colheita; Alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais; Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitats naturais e travar a perda de biodiversidade. Garantir que as pessoas tenham informação relevante e consciencialização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza; <p>Embora estabelecido até <u>2020</u>, continuar a:</p> <ul style="list-style-type: none"> Implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras; Integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade no planeamento nacional e local. 	<ul style="list-style-type: none"> A Agenda 2030 relaciona-se com o PRGP proposto na medida em que se estabelece um cenário de desenvolvimento sustentável que abrange alguns Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), nomeadamente o de ação climática e de produção e consumo sustentáveis que são cruciais na área de intervenção.
Estratégia da UE para a Biodiversidade 2030		
<ul style="list-style-type: none"> Travar a perda de biodiversidade e a utilização insustentável dos sistemas terrestres; Proteger e restaurar a natureza na União Europeia 	<p>Até <u>2030</u>:</p> <ul style="list-style-type: none"> Estabelecer e proteger legalmente uma rede maior de 	<ul style="list-style-type: none"> Esta Estratégia encontra-se intimamente articulada com as ações e medidas propostas para a área de intervenção na medida em que se pretende travar a perda de

Orientações / Objetivos	Metas	Articulação com PRGP
<p>através do alargamento da rede de áreas protegidas;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Restabelecer a natureza em áreas agrícolas; ▪ Restaurar os ecossistemas dos solos; ▪ Aumentar a área florestal e torná-la mais resiliente; ▪ Restaurar os ecossistemas de água doce; ▪ Reduzir a poluição; ▪ Combater as espécies exóticas invasoras; ▪ Medir e integrar o valor dos recursos naturais. 	<p>áreas protegidas em toda a UE, de forma a atingir um mínimo de 30% da superfície terrestre e 30% da superfície marítima, com base nas áreas da Rede Natura 2000 existentes, integrando corredores ecológicos;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Gerir eficazmente todas as áreas protegidas, definindo objetivos e medidas de conservação concretos, efetuando a monitorização necessária; ▪ Restaurar significativamente ecossistemas degradados e ricos em carbono; ▪ Melhorar o estatuto de conservação de pelo menos 30% dos habitats e espécies protegidos, diminuindo em 50% o número de espécies da Lista Vermelha ameaçadas por espécies exóticas invasoras; ▪ Reverter o declínio de aves e insetos na área agrícola, principalmente polinizadores; ▪ Constituir pelo menos 10% da superfície agrícola com elementos paisagísticos de grande diversidade e pelo menos 25% sob produção biológica com aumento significativo de práticas agroecológicas; ▪ Restabelecer pelo menos 25.000 km do curso natural de ecossistemas ribeirinhos; ▪ Reduzir o uso geral de pesticidas químicos e reduzir em 50% os mais perigosos, bem como 50% das perdas de nutrientes dos fertilizantes. 	<p>biodiversidade e conservar e valorizar os recursos naturais existentes, enquanto se promove o restauro de áreas degradadas, nomeadamente agroflorestais.</p>
Estratégia Temática de Proteção do Solo (ETPS)		
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a proteção, a utilização sustentável e a restauração do solo, aumento o sequestro de carbono; ▪ Potenciar um novo modelo empresarial ecológico que recompense os proprietários, os agricultores/silvicultores por práticas ambientalmente corretas; ▪ Fechar o ciclo dos nutrientes e do carbono, prevenindo a poluição dos solos; ▪ Contribuir para a biodiversidade dos solos e para saúde humana, animal e vegetal; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Garantir o bom estado ecológico dos ecossistemas do solo até 2050, aumentando a matéria orgânica, reduzindo a erosão e a impermeabilização e tornando-o fértil; ▪ Attingir a neutralidade em termos de degradação dos solos até 2030; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A presente Estratégia de Proteção do Solo é imprescindível no âmbito do PRGP-AM, uma vez que se pretende potenciar a valorização dos solos e a sua capacidade de sequestro de carbono enquanto sumidouro, evitando a sua erosão e impermeabilização a longo prazo, beneficiando o território.

Orientações / Objetivos	Metas	Articulação com PRGP
<ul style="list-style-type: none"> Proporcionar condições para a agricultura biológica, a agro-silvicultura e outras práticas sustentáveis, tendo em conta os seus benefícios ao nível da saúde dos solos e da adaptação às alterações climáticas; Prevenir a desertificação; Recuperar e restaurar solos degradados, através de processos de remediação. 		
Política Agrícola Comum (PAC) 2023-2027		
<ul style="list-style-type: none"> Apoiar a atividade agrícola do ponto de vista de remuneração direta aos agricultores e partes interessadas das zonas rurais dos estados-membros da UE, pela adoção de práticas ambientalmente favoráveis e sustentáveis e pela salvaguarda do espaço rural; Proteger a natureza e conservar a biodiversidade; Assegurar postos de trabalho a montante e a jusante, possibilitando o desenvolvimento das comunidades rurais; Estruturar medidas de mercado e de desenvolvimento rural que visam dar resposta às necessidades e desafios do setor agrícola; Transitar para um setor agrícola europeu mais sustentável, resiliente e moderno, com base no alinhamento com outras estratégias europeias. 	<ul style="list-style-type: none"> Apoiar o rendimento de base para abranger 96% da superfície agrícola; Cumprir objetivos ambientais e climáticas para os regimes ecológicos estabelecidos. 	<ul style="list-style-type: none"> A Política Agrícola Comum atualizada enquadra-se no PRGP proposto no âmbito da transição necessária e urgente para um setor agrícola mais sustentável e resiliente, criando soluções para os desafios e problemáticas do setor com base em apoios e incentivos para agricultores, proprietários e restantes <i>stakeholders</i>.
Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)		
<ul style="list-style-type: none"> Valorizar o solo, os restantes recursos naturais e a paisagem através do território; Afirmar a biodiversidade como um ativo territorial; Ordenar e revitalizar os territórios florestais; Prevenir riscos e adaptar o território à problemática das alterações climáticas; Fomentar uma abordagem territorial integrada de resposta à perda demográfica; Potenciar a inovação de base territorial e fortalecer a 	<p>Até <u>2030</u>:</p> <ul style="list-style-type: none"> Recuperar passivos ambientais; Incrementar a atividade agrícola e florestal ao nível de produtos, subprodutos e emprego; Valorizar os serviços dos ecossistemas e os sistemas agroflorestais de sobre e azinho; Aumentar a atratividade turística dos territórios rurais e reabilitar o património cultural, arquitetónico e natural em espaço urbano e rural; 	<ul style="list-style-type: none"> Novamente, estes objetivos e metas estratégicos articulam-se diretamente com o PRGP elaborado no âmbito da valorização e ordenamento do território do espaço rural, que visa incrementar a atividade agroflorestal, valorizar os serviços dos ecossistemas prestados, garantir práticas de gestão adequadas e ainda fomentar o desenvolvimento e a dinamização territorial.

Orientações / Objetivos	Metas	Articulação com PRGP
<p>coesão social;</p> <ul style="list-style-type: none"> Reforçar a competitividade do setor agrícola e da silvicultura; Dinamizar e desenvolver políticas ativas para o desenvolvimento rural; Orientar o território para a economia circular; Otimizar a conectividade ecológica nacional. 	<ul style="list-style-type: none"> Potenciar formas de gestão agrupada na exploração florestal; Aumentar a resiliência do território aos incêndios rurais; Alertar para os riscos e incentivar boas práticas de prevenção e combate aos mesmos; Garantir um mínimo de sequestro de 10 Mton de CO₂; Diversificar fontes de rendimento das explorações florestais e reduzir os custos públicos em áreas de risco ambiental. 	
Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC)		
<ul style="list-style-type: none"> Melhorar o nível de conhecimento sobre as alterações climáticas; Implementar medidas de adaptação e resiliência para os distintos setores; Promover a integração da adaptação em políticas setoriais. 	<ul style="list-style-type: none"> Dirigir pelo menos 30% do reforço económico para a ação climática após a pandemia de COVID-19 (quadro financeiro plurianual até 2027) e pelo menos 37% no âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência. 	<ul style="list-style-type: none"> Esta Estratégia orientada para o combate às alterações climáticas associa-se a um dos objetivos principais do PRGP-AM no que diz respeito à transformação da paisagem, aumentando a sua resiliência e adaptação aos incêndios e outros riscos associados à problemática, tendo na sua génese medidas concretas.
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030)		
<ul style="list-style-type: none"> Consolidar o Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC) e promover a sua proteção e gestão partilhada; Assegurar a melhoria do estado de conservação ou a tendência populacional das espécies florísticas e faunísticas e dos habitats protegidos; Promover o reconhecimento do valor do património natural e dos serviços dos ecossistemas; Fomentar a apropriação dos valores naturais e da biodiversidade pela sociedade; Evidenciar o capital natural, mostrando o papel crucial para o desenvolvimento sustentável; Assegurar uma aplicação coerente dos sistemas de incentivos numa perspetiva de conservação e gestão sustentável; 	<p>Até 2025:</p> <ul style="list-style-type: none"> Reforçar sistema nacional de áreas classificadas e assegurar a sua gestão; Executar intervenções de conservação e recuperação de espécies e habitats; Prevenir e controlar espécies invasoras em Portugal e na UE; Cumprir os normativos legais de conservação da natureza e da biodiversidade. 	<ul style="list-style-type: none"> Tal como previsto na Estratégia Europeia, também se verifica a mesma ligação ao cenário proposto que visa travar a perda de biodiversidade, garantir a conservação e recuperação de espécies e habitats, a sua monitorização e o controlo de espécies invasoras que tendem a ameaçar diretamente os recursos naturais.

Orientações / Objetivos	Metas	Articulação com PRGP
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aprofundar o contributo da silvicultura para os objetivos de conservação da natureza e da biodiversidade; ▪ Potenciar serviços ligados ao turismo de natureza. 		
Estratégia Nacional para as Florestas (ENF)		
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumentar a resiliência do território aos incêndios florestais; ▪ Reduzir os danos nos ecossistemas florestais e consequentes perdas económicas; ▪ Reduzir o potencial de introdução de espécies nocivas; ▪ Recuperar e reabilitar ecossistemas florestais afetados; ▪ Conservar o solo e a água em áreas de maior suscetibilidade; ▪ Garantir a proteção de áreas florestais prioritárias para a conservação da biodiversidade; ▪ Favorecer o contributo das florestas para a mitigação das alterações climáticas; ▪ Assegurar e melhorar a produção económica no espaço rural; ▪ Diversificar as atividades e os produtos nas explorações agroflorestais e capacitar gestores; ▪ Incrementar a inovação e a investigação, criando Centros de Competências para cada uma das principais fileiras florestais. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Minimizar o risco de incêndio; ▪ Especializar o território em matéria de adaptação e resiliência; ▪ Melhorar a gestão, a produtividade dos povoamentos florestais, a eficiência e a competitividade no setor. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ No âmbito de se aumentar a resiliência e a adaptação da área de intervenção aos incêndios florestais e rurais prevê-se a articulação com a Estratégia Nacional para as Florestas, de forma a minimizar os riscos inerentes e assegurar práticas de gestão florestal sustentável.
Estratégia para o Turismo 2027 (ET27)		
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Proporcionar um quadro referencial estratégico para o turismo nacional; ▪ Assegurar a estabilidade de compromissos referentes às ações estratégicas; ▪ Promover uma integração das políticas setoriais; ▪ Potenciar a articulação entre os vários agentes do setor. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Garantir uma estratégia de turismo sustentável; ▪ Ao <u>nível económico</u>: aumentar a procura ao longo do território, estabelecendo 80 milhões de dormidas e 26 mil milhões de euros em receitas; ▪ Ao <u>nível social</u>: alargar a atratividade turística todo o ano, atingindo em 2027 o índice de sazonalidade mais baixo de sempre; duplicar o nível de habilitações no turismo e gerar 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Na perspetiva de potenciar a dinamização territorial e a atividade turística sustentável contempla-se a consideração das medidas propostas pelo presente quadro estratégico, de modo a aumentar o fator de atratividade local.

Orientações / Objetivos	Metas	Articulação com PRGP
	<p>um impacto positivo nas populações residentes;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ao <u>nível ambiental</u>: assegurar que mais de 90% das empresas do turismo adotam medidas eficientes de energia e água e ações de gestão integrada de resíduos. 	
Estratégia do Prado ao Prato		
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Transitar para um sistema alimentar sustentável na UE, que garanta a segurança alimentar e a acessibilidade a alimentos saudáveis; ▪ Reduzir a pegada ambiental e carbónica do sistema alimentar da UE, tornando-o resiliente, justo e responsável, de forma a proteger a saúde dos cidadãos e ir ao encontro da circularidade; ▪ Garantir apoios da política agrícola comum através de novas fontes de financiamento e de regimes ecológicos para a adoção de práticas sustentáveis. 	<p>Até <u>2030</u>:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Reduzir a utilização de pesticidas químicos, os perigos adjacentes e em 50% a utilização dos mais perigosos; ▪ Diminuir em pelo menos 20% a utilização de fertilizantes e em 50% as vendas de agentes antimicrobianos para animais de criação; ▪ Atingir uma taxa de cobertura de 25% das áreas agrícolas sob produção biológica. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A Estratégia do Prado ao Prato articula-se com o PRGP-AM no sentido de se desenvolver um sistema alimentar sustentável, resiliente e responsável no território, atendendo as boas práticas agrícolas e a segurança alimentar. ▪ Desenvolvimento de estratégia de aproximação entre a produção, comércio e consumo, sobretudo dos produtos estratégicos;
Pacto Ecológico Europeu		
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolver medidas para facilitar a transição sustentável na Europa, visando atingir a neutralidade climática, tornando-a no primeiro continente climaticamente neutro; ▪ Direcionar para a transição justa e socialmente equitativa mediante princípios políticos e investimentos em tecnologias verdes com um quadro em matéria de clima, constituindo a nova estratégia de crescimento económico para a União Europeia; ▪ Alinhar com a Agenda 2030, de forma a proteger, conservar e reforçar o capital natural da UE e proteger a saúde e o bem-estar dos cidadãos contra riscos e impactos relacionados com o ambiente; ▪ Criar soluções e estratégias para todos os setores de atividade. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atingir a neutralidade carbónica até 2050; ▪ Reduzir entre 50-55% as emissões de gases com efeito de estufa (GEE); 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O Pacto Ecológico Europeu correlaciona-se com o proposto para a área de intervenção, pois considera um cenário de transição sustentável, alinhado aos ODS da Agenda 2030, criando soluções para alguns desafios atuais.

Orientações / Objetivos	Metas	Articulação com PRGP
Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC)		
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prevenir a ocorrência de incêndios rurais em áreas agrícolas e florestais; ▪ Implementar técnicas de conservação e de melhoria da fertilidade do solo, bem como boas práticas de gestão da água na agricultura, na indústria e no setor urbano para a acautelar eventos de seca; ▪ Aumentar a resiliência dos ecossistemas, espécies e habitats aos efeitos das alterações climáticas; ▪ Controlar a expansão de espécies exóticas invasoras, de doenças transmitidas por vetores e de pragas agrícolas e florestais; ▪ Desenvolver ferramentas de suporte à decisão, de ações de capacitação e sensibilização. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reduzir a biomassa combustível e a velocidade de propagação de incêndios; ▪ Garantir a segurança de pessoas e bens face aos riscos; ▪ Minimizar a erosão dos solos; ▪ Aumentar a biodiversidade nos solos; ▪ Recuperar áreas de solos e vegetação degradados, prioritariamente nas áreas mais suscetíveis à desertificação, designadamente áreas percorridas por incêndios rurais; ▪ Melhorar a resiliência e produtividade das espécies e variedades; ▪ Potenciar ou recuperar galerias ripícolas; ▪ Fomentar a criação de refúgios e corredores ecológicos para espécies vulneráveis; ▪ Assegurar os níveis freáticos dos aquíferos em áreas onde existem ecossistemas dependentes de águas subterrâneas; ▪ Controlar e erradicar espécies exóticas invasoras; ▪ Capacitar agentes-chave públicos e privados para a gestão adaptativa. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O PRGP-AM contribui ativamente para a redução da biomassa combustível, propondo um aumento das áreas agrícolas face às florestais (sobretudo junto às povoações), bem como uma revitalização dos corredores ecológicos e ripícolas, contribuindo quer para a salvaguarda dos aglomerados rurais, quer para o aumento da biodiversidade dos solos, potenciando espécies autóctones.
Plano Nacional Energia e Clima (PNEC 2030)		
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Descarbonizar a economia nacional; ▪ Dar prioridade à eficiência energética; ▪ Reforçar a aposta nas energias renováveis e reduzir a dependência energética do país; ▪ Garantir a segurança de abastecimento energético; ▪ Promover a mobilidade sustentável; ▪ Promover uma agricultura e floresta sustentáveis e potenciar o sequestro de carbono; ▪ Desenvolver uma indústria inovadora e competitiva; ▪ Garantir uma transição justa, democrática e coesa 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estabelece para 2030 uma meta de redução de emissões de gases com efeito de estufa (GEE) entre 45% e 55% (face a 2005); ▪ Meta de 47% de energia proveniente de fontes renováveis e uma redução no consumo de energia primária de 35%; ▪ Aposta do país na descarbonização do setor energético, com vista à neutralidade carbónica em 2050 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O PRGP-AM alinha-se com esta política com destaque particular para a promoção de uma agricultura e floresta mais sustentáveis, adaptadas às reais aptidões dos solos e às necessidades das populações rurais, nomeadamente no que ao sequestro de carbono diz respeito. As questões ligadas à aposta nas energias renováveis são também relevantes, sobretudo no que concerne ao aproveitamento de biomassa.

Orientações / Objetivos	Metas	Articulação com PRGP
Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral (PROF CL)		
<ul style="list-style-type: none"> Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos; Especialização do território; Melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos; Internacionalização e aumento do valor dos produtos; Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor; Racionalização e simplificação dos instrumentos de política. 	<ul style="list-style-type: none"> Cumprir objetivos previsionais tabelados até 2030 e 2050 através dos meios de monitorização; Potenciar uma percentagem de 72% de espaços florestais em relação à superfície total da região PROF, tanto para 2030 como para 2050. <ul style="list-style-type: none"> 416E07 - Lousa e Açor (3.9% até 2030) 416E09 - Vale do Alva (<1% até 2030) 416E10 - Alto Mondego (<1% até 2030) 416E13 - Floresta da Beira Serra (7.1% até 2030) 	<ul style="list-style-type: none"> O PRGP-AM preconiza um desenho da paisagem que atua sobre a transição de alguns espaços florestais para ocupações em mosaicos, e corredores ecológicos libertos de espécies altamente combustíveis, fazendo diminuir a presença de espécies florestais nos vales do Alva e Mondego.
Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC)		
<ul style="list-style-type: none"> Prolongar o ciclo de vida útil dos produtos e dos materiais, através da sua reutilização, reparação e remanufatura; Conduzir a um consumo consciente através da sensibilização da sociedade, tornando o consumido mais informado relativamente a escolhas mais sustentáveis; Alertar para a redução do desperdício; Permitir a restauração e renovação de recursos e dos serviços ambientais. 	<ul style="list-style-type: none"> Não estabelece metas específicas, pois pretende atuar nas diversas vertentes para obter a concretização dos objetivos associados à circularidade. 	<ul style="list-style-type: none"> O PRGP-AM encontra-se diretamente relacionado com o Plano de Ação para a Economia Circular numa perspetiva de mudança de paradigma inerente ao padrão de produção e de consumo, no qual se assumem e idealizam processos de circularidade ao longo da cadeia de valor para o setor agroalimentar.
Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)		
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver uma resposta estrutural na prevenção e combate de incêndios rurais capaz de proteger Portugal de incêndios rurais graves num contexto de alterações climáticas, e com impacto duradouro ao nível da resiliência, sustentabilidade e coesão territorial. Fomentar e apoiar a resiliência, a transição climática e a transição digital a nível nacional; Possibilitar crescimento inteligente, sustentável e inclusivo no âmbito da coesão económica, do emprego, da produtividade, da competitividade, da investigação, desenvolvimento e inovação; Contribuir para reforçar a coesão social e territorial. 	<ul style="list-style-type: none"> Executar procedimentos e investimentos no âmbito dos pilares estratégicos até 2026. 	<ul style="list-style-type: none"> O PRGP-AM é na sua essência uma resposta à necessidade estrutural de desenvolver um instrumento estratégico orientador de ações e projetos de base territorial que invertam o quadro atual de vulnerabilidade aos incêndios rurais, ao mesmo tempo que fomenta o desenvolvimento rural alicerçado numa nova economia rural.

Orientações / Objetivos	Metas	Articulação com PRGP
Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC2050)		
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a transição para uma economia competitiva, circular, resiliente e neutra em carbono, gerando mais riqueza, emprego e bem-estar; ▪ Contribuir para a resiliência e para a capacidade nacional de adaptação às vulnerabilidades e efeitos das alterações climáticas; ▪ Assegurar a transição justa e coesa que vá ao encontro da valorização do território; ▪ Envolver a sociedade nos desafios relacionados com as alterações climáticas através de ações de educação ambiental; ▪ Desenvolver uma atividade agrícola sustentável mediante a expansão da agricultura de conservação e de precisão, reduzindo significativamente as emissões; ▪ Fomentar o sequestro de carbono através de uma gestão agrícola e florestal ativa, investindo nos sumidouros de carbono; ▪ Melhorar o quadro de financiamento; ▪ Providenciar o desenvolvimento de competências e a requalificação dirigida para as novas oportunidades de desenvolvimento económico. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atingir a neutralidade carbónica até 2050, o que implica reduzir as emissões de gases com efeito de estufa entre 85-90%, enquanto também se efetua a compensação das restantes emissões através do solo e florestas; ▪ Reduzir as emissões em 45-55% até 2030 e entre 65-75% até 2040. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ No âmbito das ações e medidas propostas no PRGP é possível a articulação com o Roteiro para a Neutralidade Carbónica, onde se estabelece um cenário de transição circular, resiliente e neutro em carbono que visa contribuir para a valorização e adaptação do território, criando as condições económicas desejáveis.
Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR)		
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reformular o modelo de gestão florestal, fomentando a inovação e a melhoria da competitividade das empresas do setor florestal e agroflorestal; ▪ Promover, em áreas percorridas por incêndios de grandes dimensões, a constituição de unidades de gestão de modo a garantir a recuperação do coberto vegetal de modo ordenado e heterogéneo; ▪ Disponibilizar incentivos jurídicos e financeiros à valorização do território rural; ▪ Implementar programas e projetos de reconversão de 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reduzir a percentagem de incêndios com mais de 500 ha, que deverá fixar-se abaixo de 0,3% do total de incêndios; ▪ Garantir que a área ardida acumulada seja inferior a 660.000 há até 2030 (que poderá sofrer ajustes com base na perda de bens e serviços até 2023). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O PRGP-AM dá resposta à necessidade de se inverter o quadro atual de vulnerabilidade aos incêndios rurais, através de uma transição do atual modelo da floresta para uma paisagem diversa, mais adaptada às condições edafoclimáticas do território, mais resiliente aos incêndios e com as necessárias estruturas de descontinuidades naturais, no sentido de contribuir para a não progressão de incêndios (em particular dos de elevada dimensão).

Orientações / Objetivos	Metas	Articulação com PRGP
<p>povoamentos, pela instalação de pastagens melhoradas e de área agrícola em locais estratégicos, bem como a criação de faixas e manchas agrícolas de descontinuidade da floresta;</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Assegurar a regeneração natural de espécies autóctones e a execução dos planos de prevenção e gestão de áreas de elevado valor onde se promove o restauro da paisagem;▪ Diminuir a carga combustível da paisagem mediante ações de controlo de espécies invasoras;▪ Reduzir as fontes de ignição.		

